

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

Laís Maria Lima Barbosa

**DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS, CRESCIMENTO DA
POPULAÇÃO SUPÉRFLUA E FAVELIZAÇÃO NESSES TEMPOS DE CRISE
ESTRUTURAL DO CAPITAL: UM ESTUDO SOBRE A VILA OLAVO COSTA**

Juiz De Fora
2016

Laís Maria Lima Barbosa

**DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS, CRESCIMENTO DA
POPULAÇÃO SUPÉRFLUA E FAVELIZAÇÃO NESSES TEMPOS DE CRISE
ESTRUTURAL DO CAPITAL: UM ESTUDO SOBRE A VILA OLAVO COSTA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito para obtenção do título
de Mestre em Serviço Social.
Orientador: Prof. Dra. Elizete Maria Menegat

Juiz De Fora
2016

Laís Maria Lima Barbosa

Desenvolvimento das forças produtivas, crescimento da população supérflua e favelização nesses tempos de crise estrutural do capital: um estudo sobre a Vila Olavo Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Elizete Maria Menegat (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. André Gomez Villar
Fundação Oswaldo Cruz

Prof. Dra. Alexandra T. Eiras
Universidade Federal de Juiz de Fora

À minha mãe Maria Andréa.

AGRADECIMENTOS

O percurso até aqui não foi fácil, mas graças ao apoio, carinho, compreensão e amizade recebidos durante este período consegui finalizar esta etapa.

Gostaria de deixar registrado, meus sinceros agradecimentos a minha orientadora Elizete Maria Menegat, pela sua paciência e dedicação em compreender minhas dúvidas, questionamentos e momentos difíceis enfrentados durante o processo de elaboração do trabalho. Pela sua dedicação e profissionalismo, tenho por ela muito respeito, admiração e afeto.

Aos professores Viviane Souza Pereira, que participou da minha banca de qualificação, André Gomez Villar e Alexandra Eiras, que participaram da banca de defesa da dissertação, os meus sinceros agradecimentos pela atenção, críticas e elogios ao trabalho.

À todos os professores do curso de mestrado da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

À Secretaria da Pós Graduação de Serviço Social da UFJF.

Aos meus familiares que me apoiaram e torceram por mim este tempo todo, especialmente a minha vó Mariinha, sempre presente, incentivando e torcendo por mim.

Aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado, com palavras de incentivo, sempre ajudando no que precisei. Em especial a minhas amigas Danúbia e Jaqueline que me deram todo apoio para conclusão do trabalho e para enfrentar as dificuldades do caminho.

Aos amigos de classe, que atravessaram este caminho junto comigo. A eles meu respeito, admiração. Em especial aos amigos Sérgio, Marina e Raíssa pelo carinho e atenção que tiveram comigo quando precisei.

Ao meu pai, Rui, que mesmo não estando mais presente, seus ensinamentos, valores e incentivo de quando passou por aqui, sempre me deram força pra seguir em frente e não desistir.

RESUMO

O capitalismo encontra-se em fase de crise estrutural, ou seja, esse sistema já não apresenta saídas para continuar reproduzindo os padrões de acumulação que o sustentam. Impulsionado pela concorrência, o capital tende a expulsar o trabalho vivo da esfera produtiva por meio do aumento do uso de tecnologias, ou seja, o aumento do capital constante. Nessas condições, o desenvolvimento das forças produtivas é um mecanismo incapaz de enfrentar a sua ruína, uma vez que apenas o trabalho vivo é capaz de produzir mais valia e lucro. O valor das mercadorias é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. As tecnologias elevam a produtividade, mas os lucros tendem a diminuir. Como a racionalidade deste sistema é voltada para a acumulação sem medidas de riqueza, o capital se tornou um autômato, na medida em que na busca pela sua valorização, que está ameaçada, ele apresenta tendências destrutivas não só dos recursos naturais, mas também da humanidade por meio da destruição de postos de trabalho, que é o único meio de sobrevivência da maioria da população mundial. O aumento da pobreza, do desemprego, o crescimento de uma população supérflua aos interesses de valorização do capital, ganha visibilidade no fenômeno da favelização, do aumento das periferias em todo o mundo. Sem acesso ao trabalho formal, enormes contingentes humanos passam a viver em condições de pobreza, restando-lhes ocupar os piores lugares no território das cidades. Essa massa tende a vivenciar também o abandono do Estado, que neste contexto encontra-se também em crise, representando apenas os interesses do grande capital, destinando grandes fatias do fundo público para alimentar iniciativas das corporações e para o pagamento da dívida pública, ao invés de investir em políticas e direitos sociais para essa população. A população de desocupados e desempregados da Vila Olavo Costa, em Juiz de Fora, foi tomada como ponto de partida para refletir a situação limite dos contingentes urbanos que já não apresentam funcionalidade para o capital neste contexto de crise.

Palavras-chave: Crise Estrutural. Desenvolvimento das Forças Produtivas. População Supérflua. Favelização. Vila Olavo Costa.

ABSTRACT

Capitalism is in a phase of structural crisis, that is, this system no longer has any way out to continue reproducing the patterns of accumulation that sustain it. Driven by competition, capital tends to expel living labor from the productive sphere by increasing the use of technologies, that is, the constant capital increase. Under these conditions, the development of the productive forces is a mechanism incapable of facing its ruin, since only living labor is capable of producing more value and profit. The value of goods is measured by the socially necessary labor time for their production. Technologies raise productivity but profits tend to decline. As the rationality of this system is focused on accumulation without measures of wealth, capital has become an automaton, since in the search for its valorization, which is threatened, it presents destructive tendencies not only of natural resources but also of humanity for Destruction of jobs, which is the only means of survival for the majority of the world's population. The increase in poverty, unemployment, the growth of a population that is superfluous to the interests of capital appreciation, gains visibility in the phenomenon of slum-dwelling, and the increase of peripheries around the world. Without access to formal work, large numbers of human beings live in poverty, leaving them with the worst places in the cities. This mass also tends to experience the abandonment of the state, which in this context is also in crisis, representing only the interests of big capital, allocating large slices of the public fund to feed corporate initiatives and to pay public debt, instead To invest in social policies and rights for this population. The unemployed and unemployed population of Vila Olavo Costa, in Juiz de Fora, was taken as a starting point to reflect the limit situation of the urban contingents that no longer present functionality for capital in this context of crisis.

Keywords: Structural Crisis. Development of Productive Forces. Superfluous Population. Favelation. Vila Olavo Costa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – CRISE DO VALOR E PRODUÇÃO DOS EXCEDENTES DA FORÇA DE TRABALHO	9
1.1 Crise do valor e desvalorização do trabalho vivo.....	9
1.2 Desenvolvimento das forças produtivas e destruição de contingentes da força de trabalho	23
1.3 Desenvolvimento das forças produtivas em prol dos interesses do capital.....	29
1.4 Taxas de desemprego e desocupação na atualidade	30
1.5 Desemprego, precarização das relações de trabalho e crescimento das favelas.....	32
CAPÍTULO 2: CRISE URBANA E PERIFERIA	35
2.1. Crescimento das periferias urbanas	35
2.2. Crise do capital e pilhagem do fundo público	43
2.3. Quarta revolução industrial e aumento do desemprego.....	46
2.4. Desperdícios da força de trabalho e desocupação	47
2.5 Segregação sócio territorial em Juiz de Fora: um estudo sobre os moradores da Vila Olavo Costa.....	49
2.6 CRAS-Vila Olavo Costa e assistência social em tempos de crise:	61
2.7 População da favela e formas de inserção no mercado de trabalho	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

Imerso em crise estrutural o sistema capitalista tende a diminuir, cada vez mais, o trabalho vivo do processo de produção. As massas supérfluas que ficam de fora da esfera produtiva tendem a ocupar os piores lugares nas cidades fazendo crescer o número de favelas, que é um fenômeno mundial. O objetivo deste trabalho é apresentar o exemplo da Vila Olavo Costa e de Juiz de Fora neste processo amplo e contraditório da crise atual.

Este trabalho representa a busca de aprofundar algumas questões extremamente pertinentes á realidade social atual. Ele começa a se desenvolver por meio de inquietações sobre a crise atual do sistema de produção, partindo do pressuposto de que a pobreza, a favelização, a violência e as mazelas sociais em geral são fruto de uma contradição estrutural do modo de produção e organização da vida social. Por isso buscamos melhor compreender o que se esconde na aparência imediata destes fenômenos.

É fato que vivenciamos um momento em que o capitalismo chegou ao seu limite, a crise é estrutural, ou seja, não aponta saídas, e o seu prosseguimento ocorre entre processos de destruição em todos os níveis, principalmente da humanidade, mas também dos recursos naturais. A busca desenfreada pelos processos de valorização se esgota, na medida em que o capital já expandiu todas as suas barreiras, inclusive geográficas, na busca incessante pela acumulação e pelo lucro a qualquer custo.

O desenvolvimento de forças produtivas, impulsionado pela concorrência entre os capitais, muda a composição orgânica do capital que passa a ter um percentual maior de participação do capital constante (tecnologias e meios de produção) e uma diminuição do trabalho vivo, que é o único produtor de valor e de mais valia, Mas essa contradição ocasiona a expulsão de contingentes enormes da força de trabalho daqueles que somente possuem sua força de trabalho para vender e sobreviver, gerando o chamado desemprego estrutural, pois não tem lugar para todos no processo de produção. Essa população expulsa do trabalho, passa a viver nos piores lugares do território, engrossando as periferias das grandes cidades, uma vez que também já não sobra mais lugares para esta no campo.

Para esses enormes contingentes humanos resta, na melhor das hipóteses, sobreviver de políticas assistenciais minimalistas dos Estados, porém ameaçados pelo fim da gestão da barbárie, uma vez que o fundo público se encontra cada vez mais comprometido com os interesses das classes dominantes. Ou, então, resta-lhes o encarceramento por meio da repressão policial contra os pobres, quando não o extermínio físico também por meio da repressão estatal a esse contingente que cresce consideravelmente no mundo todo.

No capítulo 1 buscamos apresentar as contradições de fundo do sistema capitalista, buscando a gênese do processo de produção das mercadorias e de valorização do capital explicitando as contradições decorrentes do processo de valorização desenfreado do capital em sua ânsia por meio de gerar cada vez mais lucros. Demonstrando também os efeitos negativos na força humana de trabalho. O capítulo 2 demonstra a face urbana da crise, ou seja, sua expressão no espaço urbano, gerando o crescimento das favelas e dos desocupados e excluídos dos processos de trabalho e também apresenta a pesquisa realizada sobre o caso de Juiz de Fora e da Vila Olavo costa, neste contexto de crise estrutural e crescimento das favelas.

CAPÍTULO 1 – CRISE DO VALOR E PRODUÇÃO DOS EXCEDENTES DA FORÇA DE TRABALHO

1.1 Crise do valor e desvalorização do trabalho vivo

Neste capítulo iremos abordar as contradições do processo de valorização do capital. Ele representa o pano de fundo da crise atual do sistema capitalista, demonstra por meio da explicação do processo de fabricação e circulação das mercadorias os intercalços que levam a expulsão do trabalho vivo do processo de produção. Tendo em vista que o trabalho vivo é o único que produz mais valia e conseqüentemente o lucro dos capitalistas. Abordaremos as saídas encontradas pelas classes dominantes para compensar a queda tendencial da taxa de lucro, com o desenvolvimento desenfreado das forças produtivas, das tecnologias, que se tornaram forças destrutivas da sociedade, como por exemplo, por meio da expulsão de contingentes enormes da força de trabalho.

A satisfação das necessidades dos homens por meio de algum tipo de atividade produtiva é histórica, sem isto seria impossível a vida humana. A questão que se coloca nas sociedades capitalistas, segundo Marx, é que elas se diferenciam dos outros tipos de sociedade pela criação de um tipo especial de atividade produtiva, o trabalho produtor de valor. Marx, em suas análises, faz uso da categoria Mercadoria para desvendar os mistérios que tal forma social assume.

O trabalho produtor de valor é, portanto, específico a esta forma de sociabilidade, ou seja, deste sistema de produção das mercadorias historicamente determinado. A mercadoria é a forma elementar da riqueza da sociedade regida pela forma capitalista de produção:

Isso posto fica evidente que a mercadoria é elementar, não no sentido de um pressuposto simplesmente, mas porque encerra já os traços essenciais do modo de produção capitalista. Entender o que se guarda na sua essência para além da aparência imediata, é, portanto, a única forma de nos aproximarmos do entendimento das características e tendências da sociabilidade nelas guardadas, e conseqüentemente, da produção da pobreza. (PEREIRA, 2013 p. 24)

As mercadorias possuem valor de uso e valor de troca, ou seja, ao mesmo tempo que servem para satisfazer necessidades humanas (valor de uso), elas são intercambiáveis entre si através do dinheiro (valor de troca). É nesta faculdade que as mercadorias carregam seu valor qualitativo, de satisfazer as necessidades humanas e seu valor quantitativo, “onde reside a possibilidade de ser trocada no circuito das relações sociais” (DIAS, 2014, p. 22).

Marx afirma que o trabalho também deve ser reconhecido pelo seu duplo caráter, ou seja, enquanto produtor de valor de uso e enquanto produtor de valor de troca.

A satisfação de necessidades fica posta em segundo plano no modo de produção capitalista. A prioridade, neste processo de produção, é atender à lógica interna que movimenta o capital que é transformar dinheiro em mais dinheiro, ou seja, a valorização permanente do capital a partir da produção incessante de novas mercadorias. No capitalismo, tudo vira mercadoria. Esta sociedade necessita permanentemente criar novas necessidades a serem satisfeitas, através do mercado, por novas mercadorias. Sem esta dinâmica a lógica do sistema não se mantém.

A lógica quantitativa se impõe à qualitativa, a produção de mercadorias é infinita até que se esgotem todas as possibilidades de transformar em mercadoria todas as esferas da vida social, esse processo é contínuo, obedece a uma circularidade e engessa toda a vida, tudo vira mercadoria. (DIAS, 2014, p. 22)

O trabalho humano concreto produz o valor de uso da mercadoria, que diz respeito à qualidade da mercadoria. Contudo, o trabalho concreto é desconsiderado no processo de troca, momento em que as mercadorias aparecem como produtos intercambiáveis entre si. O processo de troca impõe que haja abstração do conteúdo do trabalho concreto que existe em toda mercadoria. Isto significa que o trabalho humano dispendido durante a produção das mercadorias é inútil no circuito das trocas.

O trabalho humano desaparece na mesma medida em que desaparece a qualidade deste trabalho e sendo a qualidade a manifestação do trabalho concreto, no processo de troca de mercadorias esta propriedade não tem mais validade, restando assim outra propriedade comum a todas elas: o trabalho abstrato (DIAS, 2014, p. 23).

O valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. Tempo e trabalho são necessários para a produção das mercadorias, porém o trabalho abstrato é a medida de troca de coisas diferenciadas, é a “substância constituidora do valor” (MARX, 1983, p. 47). Nesta relação está a chave do processo de valorização das mercadorias, isto quer dizer que, para a produção de dada mercadoria se tenha despendido um quantum de trabalho que corresponda à média de trabalho socialmente necessário, relativo ao desenvolvimento das forças produtivas. Marx afirma que mudanças nas forças produtivas afetam a grandeza do valor de uma mercadoria

Importa ressaltar que na relação de troca, apenas a forma abstrata do trabalho é levada em conta. “Uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado” (PEREIRA, 2013, p.26). Na relação de troca, o valor de troca aparece como algo totalmente independente

do valor de uso. “A abstração do valor de uso dos produtos do trabalho demarca seu valor total. Ou seja, na relação de troca, o que há de comum é seu valor. O valor de troca é, portanto, expressão necessária ou forma de manifestação do valor” (PEREIRA, 2013, p. 26). Conforme Marx, a medida de valor de determinada mercadoria é o “tempo de trabalho socialmente necessário”, ou seja, tempo de trabalho indiferenciado, trabalho abstrato, não interessando sua forma, seu conteúdo, mas, apenas, o grau de desenvolvimento das forças produtivas empregadas. É por isto que o desenvolvimento das forças produtivas altera o valor das mercadorias.

É importante assinalar que é o trabalho abstrato, historicamente situado na sociedade capitalista, constitui a substância do valor (MARX, 1983); é “trabalho indiferenciado, isto é, dispêndio da força de trabalho humano, sem consideração da forma como foi dispendida” (PEREIRA, 2013, p.27). A concretização do trabalho tem uma existência social objetiva, embora fantasmagórica. “O valor de troca é a forma de manifestação do valor e, por fim, o valor é conteúdo comum aos valores de troca, cristalização de uma substância social, o trabalho, tal como ele se apresenta na sociedade do capital”. (PEREIRA, 2013, p.27). A força criadora de valor na sociedade capitalista é a força de trabalho humana. As mercadorias só possuem valor, por materializarem o trabalho humano, neste sentido o valor é uma realidade social, ou seja, se expressa sob a forma de relações sociais construídas, no caso do capitalismo, na relação em que uma mercadoria é trocada por outra.

Isto determina que o tempo é crucial para a produção das mercadorias, ou seja, o grau de desenvolvimento das forças produtivas determina o tempo da produção, por isso há uma relação dinâmica entre desenvolvimento das forças produtivas e produção de valor.

O trabalho produtivo é o modo de organização determinante da forma social das mercadorias nas sociedades capitalistas. Rubin (1987) apud Dias (2014), para esclarecer a questão do trabalho produtivo na sociedade capitalista, apresenta 2 fases do processo de reprodução do capital citado por Marx, o capital-produtivo e o capital-circulação. As fases correspondem ao processo de criação das mercadorias e ao de circulação. O processo de circulação diz respeito ao momento em que a mercadoria irá se concretizar no mercado, ou seja, quando os frutos do trabalho que estão sendo vendidos “irão sair de quem o realizou para quem o comprou, é posterior ao da produção” (DIAS, 2014, p 23). O trabalho realizado durante a circulação de mercadorias não é produtivo para Marx, isto porque nele já há um valor agregado a mercadoria, porém ele é necessário no processo de reprodução do capital, ele completa a etapa anterior, qual seja a da produção de mercadorias.

Trabalho produtivo é regido por princípios capitalistas e adquiridos em troca de salário, é, portanto, todo trabalho manual ou intelectual que foi obtido pelo capital produtivo e agregou valor a uma mercadoria no processo de produção. (DIAS, 2014, p. 24)

A condição primordial para que os objetos, as coisas sejam trocadas como mercadorias é que sejam diferentes entre si, ou seja, as necessidades que se apresentam na sociedade são de naturezas diferenciadas, é por isso que os trabalhos também são diferenciados.

É importante ressaltar que o valor, como está sendo explicitado, é específico de uma dada ordem social, desta forma, compreendê-lo significa compreender um certo tipo de existência social historicamente construída. Torna-se importante compreender que não se deve reduzir a idéia de trabalho abstrato, ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias, confundindo-o com o valor, e nem compreender o trabalho abstrato apenas como um “modo de nomear um conjunto de trabalhos reduzidos a sua essência”. Rubin (1987) apud Pereira (2013) elucida esta questão quando afirma que:

O trabalho só se torna social numa economia mercantil quando adquire forma de trabalho socialmente igualado, ou seja, o trabalho de cada produtor mercantil, só se torna social porque seu produto é igualado ao de outros produtores. Assim o trabalho de um determinado indivíduo é igualado ao de outros membros da sociedade e a outras formas de trabalho (...). Aqui, não existe um plano previamente traçado para a socialização e a distribuição do trabalho. (RUBIN, 1987 apud PEREIRA, 2013, p. 30)

É especificamente sob esta “forma de sociedade” que os trabalhos podem ser igualados e tornados intercambiáveis. De acordo com Marx, “O trabalho, nesta sociedade, tornou-se, não somente no plano das categorias, mas na própria realidade, um meio de criar riqueza em geral, separando-se enquanto determinação, dos indivíduos produtores”(MARX,1983). Neste sentido somente nesta forma social, o trabalho é determinado pelo capital. Nesse sentido, Belluzzo (1980) apud Pereira (2013) afirma:

A existência do capital, como forma histórica de riqueza social, exige, de maneira radical e avassaladora, que se torne indiferente o caráter útil de cada trabalho, para que reste como determinação essencial, apenas o trabalho como valor de uso para o capital(...). É neste sentido que, sob o regime capitalista de produção não é o trabalho que usa os meios de produção, mas os meios de produção que usam o trabalho. (BELLUZO, 1980, p. 85 apud PEREIRA, 2013, p. 30)

Portanto, “somente nessa sociedade o princípio de organização passa a ser o trabalho”. Somente nas condições de produção apresentadas que o trabalho passa a ser a razão

de ser da sociedade. Nestas circunstâncias as necessidades humanas ficam em segundo plano, o que prevalece são as exigências de valorização do capital, pelo movimento inexorável do capital a fim de assegurar sua existência e expansão.

Conforme Marx, esta sociedade “quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais valia” (MARX 1983, p. 155). Isto demonstra que não interessa aos capitalistas as necessidades humanas, o valor de troca é dominante ao valor de uso.

A produção de mercadorias, sob a égide do capital, pressupõe somente, o dispêndio da força de trabalho, sem levar em conta o valor de uso em que esse dispêndio se realiza. “A produção real não é algo mais que um anexo, um intermediário inevitável, um mal necessário para fazer dinheiro” (PEREIRA, 2013, p.31). Isto é determinante para compreender a crise de valorização a qual pretendemos abordar neste trabalho, pois aponta para a contradição entre a forma e o conteúdo do valor da mercadoria na sociedade capitalista.

O trabalho, conteúdo do valor, reduz tudo a unidade, a um dispêndio do trabalho que todos os homens têm em comum, de tal maneira que paradoxalmente, somente é social se for esvaziado de toda e qualquer determinação social. Podemos depreender que somente é social o processo automático e incontrolável de transformação do trabalho em dinheiro. A partir dessa compreensão verificamos a subordinação da utilidade dos produtos, que passa a ser uma dimensão puramente privada, á sua capacidade de serem trocados, que por sua vez passa a ser uma dimensão social, só pode conduzir a resultados catastróficos. (PEREIRA, 2013, p. 32)

Assim, a citada contradição encontra-se no cerne da explicação da pobreza contemporânea. Nesta perspectiva de análise, podemos afirmar que ao subordinar o conteúdo concreto do trabalho a sua forma abstrata, o capitalismo acaba por tornar abstrata a própria humanidade. Só assim fazem sentido certas contradições sociais como a produção de alimentos em larga escala enquanto milhões morrem de fome, a desigualdade na apropriação da riqueza socialmente produzida, (ainda que abstrata). Isto é, à medida que a própria humanidade e suas necessidades se tornam abstratas elas não são passíveis de se realizarem nesta sociedade. Neste sentido:

Nesta sociabilidade, duas coisas completamente diferentes são medidas com o mesmo padrão quantitativo e abstrato. Explica-se: a fome das pessoas vale menos que o acúmulo de alimentos que assegura o processo de acumulação de capital, a saúde das pessoas vale menos que os interesses da indústria, que atendem ao mesmo propósito e daí por diante. (PEREIRA, 2013, p. 33)

Quando o valor de troca passa para o trabalho abstrato como substância do valor?
Quando o trabalho abstrato é transferido ao valor de troca, como substância do valor, temos

que o valor de troca é manifestado por um conteúdo distinto dele, e este conteúdo que é algo homogêneo, não pode ser dado de forma alguma pelo valor de uso, que representa o espaço da diversidade que é negado pela relação de troca. Logo, fica explícito que o trabalho abstrato, em sua forma “fantasmagórica” é o que resta aos produtos fruto do trabalho, abstraindo-lhes do caráter útil dos trabalhos neles representados. Mesmo assim, o valor é uma cristalização do trabalho, ainda que pela forma de trabalho abstrato.

Como já foi dito até aqui, a medida do valor é dada pelo trabalho abstrato, mais precisamente pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias. Assim temos uma contradição do capital que o leva a sua própria ruína, pois uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas tende a poupar o trabalho, pela criação de tecnologias, ele poupa sua própria forma de criação de valor que é o próprio trabalho. É essa premissa, de economia do trabalho vivo, que leva o capital a sua agonia, porque somente a força de trabalho humana é capaz de produzir valor, como já foi explicitado.

No sistema capitalista, a mais valia é apropriada privadamente. Isto significa que as massas, expropriadas pelo movimento da acumulação primitiva, para manter sua sobrevivência no processo de surgimento do capital, são incorporadas paulatinamente ao processo de produção. O capital aniquila qualquer possibilidade de sobrevivência por meio do trabalho individual, de fato, o que resta aos indivíduos é a sobrevivência por meio da venda da força de trabalho, que fica livre para o capital e para a produção. Os frutos do trabalho se transformam em mercadoria, por que ele é livremente apropriado para o capital., transformando-se em trabalho social, cooperativo apropriado por uma minoria (MARX, 1983 apud DIAS, 2014).

A passagem acima explica o processo de transformação das mercadorias em valor-mercadoria, isto porque, para Marx, o trabalho, que é “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc” (MARX, 1983, p. 51) é que permite que o processo de valorização do valor se concretize. Para compreender como isto ocorre é necessário remetermos ao conceito de mais-valia. No processo de venda da força de trabalho, o trabalhador recebe o salário. Este corresponde ao mínimo que o trabalhador necessita para se reproduzir; não equivale quantitativamente a tudo o que o trabalhador produz. Uma vez que uma parte do trabalho é apropriada pelos capitalistas, não há equivalência entre “horas trabalhadas, quantidade de mercadorias versus pagamento de salários” (DIAS, 2014, p. 25).

Portanto, a força de trabalho sempre deve criar maior valor que o seu próprio valor, uma vez que parte dela é consumida pelo capitalista, este, por seu turno, necessita deste quantum a mais sem o qual a produção de valor não se efetiva. Quanto maior a

utilização da força de trabalho no processo de produção maior o número de mercadorias produzidas e a possibilidade de acúmulo de capital. (DIAS, 2014, p. 25)

Marx identificou duas formas de extração de mais valia, a absoluta e a relativa. A absoluta, é adquirida pelo aumento da jornada de trabalho. A relativa ocorre pelo incremento tecnológico na produção, capaz de tornar o trabalho fica mais produtivo: o trabalhador com o mesmo número de horas trabalhadas consegue produzir mais mercadorias. A questão é que a constituição do valor de uma dada mercadoria independe do desenvolvimento das forças produtivas. O valor está relacionado ao tempo, ao quantum de trabalho (vivo) necessário para produzir uma mercadoria. Isto quer dizer que o aumento do quantum de trabalho aumenta o valor da mercadoria, e, também, se há diminuição do tempo há diminuição do valor.

A valorização do capital exige que mercadorias de qualidade diferente circulem no mercado. O dinheiro cumpre a função de intermediar as trocas de mercadorias equivalentes. Primeiramente a fórmula que caracteriza essa troca é mercadoria-dinheiro-mercadoria, é o momento em que a mercadoria sofre a sua primeira metamorfose, quando ela é trocada por dinheiro pelo seu valor de uso. O ponto de partida do capital é o processo de troca determinado pelo valor da mercadoria, porém ele só termina quando a circulação das mercadorias permite que o dinheiro seja trocado por dinheiro.

De acordo com Marx, o ciclo M-D-M exemplifica como as mercadorias são trocadas por outras mercadorias através do dinheiro, para o consumo e a satisfação das necessidades humanas. Ao contrário do ciclo D-M-D que permite que o dinheiro seja a finalidade da troca, ou seja, “parte do extremo do dinheiro e volta finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo indutor e sua finalidade determinante é o próprio valor de troca” (MARX 1983, p. 127).

Porém de acordo com Dias, as formas M-D-M e D-M-D são insuficientes para explicar o processo de valorização do capital.

A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação das necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro deste movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável (MARX, 1983, p.129)

Neste processo, a questão que se coloca é de como transformar o dinheiro em capital. Já foi demonstrado que a mais-valia não surge nas mercadorias, ela é trabalho humano apropriado, por isso nela reside a chave de toda produção de valor na sociedade capitalista, ou seja, o que move o processo de valorização do capital é a força de trabalho.

As condições que se colocam no processo de compra e venda da força de trabalho, uma vez que esta é uma mercadoria, são as seguintes: necessita-se de indivíduos despossuídos de meios de sobrevivência e que possuam apenas sua força de trabalho para vender como uma mercadoria, para outros indivíduos detentores de dinheiro e meios de produção para comprar a força de trabalho. O preço da força de trabalho, ou seja, o valor da força de trabalho é determinado como o valor de qualquer outra mercadoria, ou seja: “o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo necessário à produção, portanto também reprodução deste artigo específico” (MARX, 1983, p. 141). A reposição das energias (físicas e mentais) despendidas no processo de trabalho, e a necessidade de manter a sua vida, é uma necessidade do trabalhador, o que vai diferir o valor da mercadoria força de trabalho das outras mercadorias é o nível de satisfação das necessidades é determinado culturalmente. Outra diferença das outras mercadorias é que a força de trabalho é a única que produz a mais-valia e valor: “O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais valia” (MARX, 1983, p. 144, apud DIAS, 2014, p.28). O desvendamento de como funciona o processo de produção da mais-valia revela o segredo da produção do capital.

A teoria do valor em Marx explicita o tipo de trabalho produtor de valor, assim, ao analisar a natureza das relações mercantis das sociedades capitalistas, esta ganha centralidade pois descobre o enigma que encobre tais relações. (DIAS, 2014, p. 29)

A concorrência entre os capitalistas na dinâmica da sociedade exige que estes reinvestam uma parte da massa de seus lucros continuamente nos processos de produção e circulação para dar fluidez ao capital, caso contrário, eles desaparecem. Ele faz isto envolvendo todos os indivíduos na sua dinâmica. Como a base de valorização do valor é o trabalho vivo, isto implica que o processo de exploração também se torne inesgotável, restando aos trabalhadores, somente a força de trabalho para sua sobrevivência. Dadas estas condições, poder-se-ia imaginar que a valorização do valor estaria sempre no equilíbrio, ainda que momentâneo, dos processos contraditórios que acontecem buscando a valorização do valor, isto quer dizer, investimento em trabalho para a produção contínua de mercadorias. Porém, conforme afirma Magda, a história demonstra como o capital desprende energias para livrar-se do trabalho vivo, resultando nos processos contraditórios que formatam a sua lógica.

Para se valorizar o capital investe pesadamente no desenvolvimento de forças produtivas e isto tem acarretado em várias consequências para o sistema. O crescimento da massa de capital é permitido por este desenvolvimento que, inexoravelmente, investe no

processo de valorização do valor, caso isto não aconteça o ciclo do capital pode se quebrar. De acordo com Marx, o capitalismo “gera necessariamente uma superpopulação trabalhadora permanente e aparente” (MARX, 1984, p.171). A produção constante de mais-valia depende do investimento constante em capital variável, no emprego constante da força de trabalho. No entanto, o aumento no investimento em capital variável, não ocasiona o aumento da massa global de capital. A extração de mais valia-relativa pelo sistema tem um limite, que é dado pela própria limitação lógica do sistema. A massa de mais valia é calculada pela taxa de mais valia, pelo número de trabalhadores e suas respectivas jornadas de trabalho. Existe uma relação entre taxa de lucro e massa de mais-valia, de acordo com Marx, “ com dada grandeza de valor capital, a taxa de lucro e a massa de mais valia nunca pode subir ou cair sem que a massa de mais valia igualmente suba ou caia” (MARX, 1983, p.171).

Primeiramente, para se valorizar o capital necessita extrair a taxa de mais valia pelo processo de exploração da força de trabalho, posteriormente, as mercadorias precisam entrar em circulação. Estes processos são complementares, porque se as mercadorias não circulam o capitalista corre o risco de perder o seu capital. A extração de mais valia relativa está determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas, já a circulação é determinada pelo mercado. Nota-se que as bases dos processos que representam o processo global de produção são contraditórias, ou seja, “ quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas maior a contradição de sua base com o processo de circulação de mercadorias, com as relações de consumo” (MARX, 1983 apud DIAS, 2014, p. 30). Neste sentido, coloca-se a questão da impossibilidade do equilíbrio permanente deste sistema, uma vez que existem contradições tão profundas nas bases do processo de produção.

Para explicitar esta questão é necessário apresentar que o trabalho, como já foi dito, corresponde à medida da valorização do valor, porém o investimento do capital em salários não deve transcender o capital global, pois a taxa de lucro não aumentaria se isto viesse acontecer, ela seria anulada. Marx (1984) afirma que a queda da taxa de lucro não acontece porque o trabalhador é menos explorado e sim porque, em relação ao capital empregado, utiliza-se menos trabalho. Como o capital utiliza-se sempre de redução do número de trabalhadores e do aumento do grau de exploração do trabalho, a taxa de lucro nunca é nula, ainda que possa ser inibida. (MARX, 1984). No entanto, sem produção e circulação não há valorização. O que acontece é que circulação que se sustenta pelo consumo, nem sempre está em equilíbrio, ou seja, nem todas as mercadorias conseguem se realizar no processo final de valorização do valor. Quando isto acontece a manifestação das crises são imediatas e resta ao capital buscar saídas para a continuidade do seu processo de valorização.

Os capitalistas utilizam-se de formas espúrias para ludibriar a verdadeira fonte do valor. Isso se dá na medida em que o tempo de circulação e o tempo de produção se confundem e, igualmente, parecem determinar a mais valia, desta forma a relação de produção não parece baseada na oposição capital/trabalho, mas capital compradores/vendedores. Ao invés de se realizar como produto do trabalho, a mais valia aparece como excedente do valor intrínseco da mercadoria. Além disto, para a contabilidade do capitalista, parte do lucro muitas vezes é atribuído à economia que ele fez pela compra mais barata de matérias primas, a redução no desgaste na maquinaria, etc, contribuindo para encobrir ainda mais a verdadeira fonte de valor

O processo de valorização do capital só pode ocorrer com a utilização do trabalho vivo que cria valor e isto só é possível com a presença dos meios de produção. Para o capital, a proporção real em que se dá essa valorização é dada pela relação entre o excedente produzido (mais-valia) e a totalidade do capital, ou seja, pela taxa de lucro. A taxa de lucro e a taxa de mais-valia diferem, por ser relação da mesma grandeza (mais-valia) com magnitudes diferentes (capital global e capital variável). A taxa de lucro esconde a verdadeira fonte de valor na medida em que expressa o mesmo comportamento da mais-valia com todo o capital, que dessa forma não revela diferenças internas, a não ser a existente entre capital fixo e circulante. Por sua vez, a taxa de mais-valia não dissimula a verdadeira fonte de valorização do capital, porque expressa o grau de exploração da força de trabalho, põe a nu a relação capital-trabalho. (CÁRIO, et al, 1987, p. 26)

Para se perpetuar, o capitalismo necessita aumentar, permanentemente, a produtividade social do trabalho. Esta é uma característica inerente ao modo de produção capitalista, “que somente se reproduz ao longo da história graças a esse aspecto” (CÁRIO, et al., 1987, p.33). Por isso, há uma revolução tecnológica constante dos meios de produção, que é ao mesmo tempo necessária ao capitalismo, mas engendra contradições internas ao próprio sistema, ocasionando as crises econômicas que marcam a história do capitalismo. A constante revolução tecnológica tem ingerência tanto no capital fixo como no constante. É sabido que a relação entre capital constante e capital variável representa a composição orgânica do capital, “pode-se dizer que esta vem aumentando progressivamente, considerando que o aumento do capital constante não encontra um aumento proporcional no capital variável, embora sabendo que em termos absolutos este também aumente. ” (CÁRIO, et al., 1987, p. 32).

A lei da queda tendencial da taxa de lucro é a expressão econômica inexorável, do aumento da produtividade social do trabalho. É importante perceber que se trata de uma tendência que pode não se manifestar por longo tempo, como o próprio Marx o frisou. (CÁRIO, et al., 1987, p. 33)

Dadas as explicações cabe a pergunta: Em que consiste essa lei?

Dados a massa de mais valia e o capital variável, a taxa de lucro da sociedade capitalista, que expressa a relação entre a mais valia e o capital global adiantado irá necessariamente diminuir, se aumentar o capital constante, ou seja, a produtividade social do trabalho. É importante frisar que não é o aumento absoluto do capital constante que causa essa tendência, nem mesmo a diminuição absoluta do capital variável. Trata-se do decréscimo relativo do capital variável. (CÁRIO, et al, 1987, p. 33).

O incremento da produtividade do trabalho, para Marx, ocorre mediante uma diminuição de capital variável e um aumento do capital constante, ou seja, menos quantidade de trabalho vivo movimentando maior quantidade de trabalho materializado. Como só o trabalho vivo é criador de valor, pode-se dizer que a massa deste valor vem decrescendo em relação aos meios de produção. Ao diminuir de forma relativa o valor novo criado, a mais valia também diminui, “ a mais valia que se constitui na arte não paga do trabalho vivo que põe em movimento esses meios de produção” (CÁRIO et al., 1987, p. 33). Como sinalizado, o lucro “nada mais é que a mais valia que brota de todas as partes do capital, na compreensão invertida do capitalista” (CÁRIO et al., 1987, p. 33).

Uma parte do capital global é destinada ao pagamento da força de trabalho (capital variável). Mesmo que aumente a mais valia, o lucro poderá continuar caindo, pois, a relação existente entre taxa de lucro e taxa de mais valia não é direta, embora ambas sejam vulneráveis aos aumentos da mais valia.

O fato é que a mais valia expressa o nível real de exploração do trabalho. Aumentando a mais valia, permanecendo constante o capital variável, deve necessariamente aumentar a sua taxa. Isso não ocorre com a taxa de lucro. Esta pode diminuir mesmo com um aumento considerável da mais valia e mesmo permanecendo constante o montante de salários, desde que aumente a produtividade social do trabalho, advindo da presença do capital constante. Pode-se, também, a partir destas observações, concluir que a distribuição do lucro na sociedade em suas diversas partes em nada influencia na lei que rege a queda de sua taxa. O lucro que está em questão é a própria mais valia, porém medida em relação ao capital global e não em relação ao capital variável. (CÁRIO et al., 1987, p. 34).

Para Marx, a queda na taxa de lucro é consequência do decréscimo relativo do capital variável e não do seu decréscimo absoluto. O que prevalece na produção capitalista, é o aumento absoluto do capital variável na proporção em que aumenta o capital constante. É, na verdade, uma necessidade intrínseca à lógica do próprio sistema: aumentar o volume dos meios de produção, incrementar a tecnologia e, indissociavelmente, aumentar o número de trabalhadores para impulsionar o crescimento da produção. A esse movimento corresponde um aumento no montante de salários, ou seja, do capital variável. Ainda que a taxa de mais valia fique inalterada, esse aumento representa uma elevação da massa de mais valia

apropriada pelos capitalistas. De maneira semelhante, embora a taxa de lucro tenda a diminuir, a massa total de lucro tende a aumentar e a se concentrar cada vez mais:

Porém, o que ocorre na realidade, é que nesse processo de elevação da composição orgânica do capital o grau de exploração do trabalho sofre uma elevação considerável, advinda da intensificação do trabalho, em outras palavras, do aumento da mais valia relativa. Os trabalhadores necessitarão de menor quantidade de tempo para reproduzir seus meios de subsistência, diminuindo assim o trabalho necessário pago pelo capitalista, elevando-se relativamente a este o trabalho excedente. Assim observa-se que duas fontes possibilitam o aumento das massas de lucro na sociedade capitalista: o aumento do número de trabalhadores e a elevação do grau de exploração do trabalho, através da inovação tecnológica. Apesar disso a taxa de lucro não deixa de cair, muito pelo contrário, pois segundo Marx (1980:250): "... as mesmas leis geram para o capital da sociedade crescimento absoluto da massa de lucro e taxa cadente? de lucro". Essa lei explica também, o fato de capitalistas individuais obterem massa de lucro cada vez mais elevadas, apesar da queda da taxa de lucro na sociedade. E que ela favorece a concentração de capital, onde capitalistas individuais passam a ter sob seu comando quantidade maior de trabalhadores. É claro que isso não significa uma diminuição do número de capitalistas, esse número aumenta, porém em menor proporção que o aumento da concentração de capitais. (CÁRIO et al., 1987, p. 34).

Como apontam os autores, a concorrência é um fator que se apresenta nesta lei, da seguinte forma, os capitais que fazem uso de tecnologia mais avançada atuam no mercado com a taxa de lucro acima da taxa média do capital global. Por outro lado, os capitais com composição orgânica inferior têm produtividade menor e, portanto, tendem a, relativamente, obter uma menor massa de lucro. “ Este é um outro mecanismo que o desenvolvimento do modo de produção capitalista implica em elevar a quantidade de capital constante e diminuir, relativamente a quantidade de capital variável” (CÁRIO et al., 1987, p. 34).

Uma mesma quantidade de trabalho, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho social, produz uma quantidade maior de mercadorias, ou seja, o valor das mercadorias diminui, (sabe-se que o valor é determinado pelo tempo de produção) e, também o preço, uma vez que este oscila em torno do valor das mercadorias. Isto quer dizer que se houver um aumento na taxa de exploração, “poderá contrabalancear essa menor quantidade de trabalho vivo contido na mercadoria através da redução do trabalho necessário” (CÁRIO et al., 1987, p. 35). A fórmula é simples, como é menor a mais valia contida na mercadoria, menor será, também, o lucro resultante.

Por outro lado, o aumento do número de unidades de uma dada mercadoria produzida com a mesma quantidade de trabalho, resulta no aumento da massa total de lucro obtido:

Essa circunstância objetiva da produção capitalista é mal compreendida pela economia burguesa, que vê somente a aparência do fenômeno, ou seja, a realidade invertida tal como apareceu na concorrência. Segundo Marx (1980:264): "(...) Aventa-se então que o capitalista, por ser esta sua livre e espontânea vontade, reduz o lucro por unidade, mas se compensa pelo maior número de mercadorias que produz". Por haver alguns fatores fundamentais que se contrapõem e compensam a queda da taxa de lucro e por considera-los, Marx passa a denominá-la. "Queda tendencial da taxa de lucro". São estes fatores: aumento do grau de exploração do trabalho; redução dos salários; baixa do preço dos elementos do capital constante; superpopulação relativa; comércio exterior. (CÁRIO et al., 1987, p. 36).

O primeiro fator, o aumento do grau de exploração do trabalho pode ocorrer através do aumento da mais valia absoluta ou relativa. Isso permite que o aumento da taxa de mais valia, quando não ocorre em circunstâncias que não aumentam a composição orgânica do capital, ocasiona a tendência a queda da taxa de lucro. Também é bastante relevante o segundo fator citado, a redução dos salários, como contratendência à queda da taxa de lucro. Porém esse fator passa por determinação da concorrência e pela correlação de forças entre patrões e empregados organizados.

As melhorias nos processos de produção também contribuem nessa contratendência a media em que barateia os elementos do capital constante e impede a queda da taxa de lucro.

O barateamento dos elementos do capital constante reflete em produtividade crescente, e ao mesmo tempo que aumenta o volume de capital constante a ser trabalhado pelo mesmo número de operários, impede o aumento proporcional do valor desse em relação ao seu volume. Marx enfatiza que o comércio exterior contribui para baixar os preços dos elementos do capital constante através da busca de novos mercados e de taxas de lucro maiores pelos países mais desenvolvidos nos de mais baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Os países com vantagem nessas transações recebem em troca mais trabalho do que fornecem, por isso atenuam os efeitos da queda da taxa de lucro. (CÁRIO et al., 1987, p. 37).

Ainda sobre as contratendências, a existência da superpopulação relativa torna mais baixo o preço da força de trabalho, fator decisivo na oposição à queda da taxa de lucro, porque tendo em vista “ o baixo preço e a predominância do capital variável na composição desses capitais, extrai-se, desses ramos, grande volume de massa de mais valia contrapondo assim à queda geral da taxa de lucro”.

A acumulação capitalista está assentada numa base contraditória. A acumulação de capital depende de exploração de trabalho vivo. Para aumentar-se essa exploração aumenta-se o capital constante, o que implica em superpopulação relativa. Apesar da existência de capital que possibilitaria o emprego de toda a população, isto não acontece porque seriam aguçadas as contradições inerentes à produção de mais valia. As tendências de comportamento que causam a queda tendencial da taxa de lucro alternam-se: aumento da população trabalhadora, redução do capital constante, superpopulação relativa, queda da taxa de lucro, depreciação do capital, aceleração

da acumulação, levando às crises. Segundo Marx (1980: 286): "(...) as crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito". Especial atenção no estudo da queda tendencial da taxa de lucro deve ser dada à depreciação do capital, como maneira de assegurar a continuidade do processo de acumulação, o que pode ser observado hoje, especialmente através do processo de avanço técnico e do próprio papel do Estado. (CÁRIO et al., 1987, p. 37).

De uma forma geral, pode-se dizer que a queda da taxa de lucro na sociedade capitalista acontece porque o trabalho vivo é substituído pelo trabalho morto e, apesar do crescimento da massa de mais valia produzida, “ a relação entre o capital adiantado e a mais valia será cada vez mais desfavorável às pretensões do capital” (CÁRIO et al., 1987, p. 39).

A existência da superacumulação de capital, apresenta-se como um sintoma transparente da crise de valorização. Esta situação é inerente ao capitalismo, mesmo utilizando-se dos fatores contrários à tendência declinante da taxa de lucro, fatores cuja importância o próprio Marx reconheceu, razão pela qual a lei apresenta-se como tendência. Em suma, o sistema capitalista gera no seu interior a contradição em processo. A lei que o conduz a valorização acaba estreitando a base sobre a qual apóia-se essa valorização. (CÁRIO et al., 1987, p. 39).

Na busca compulsiva para dar continuidade ao processo de valorização do valor, o capital enfrenta a diminuição da taxa de lucro, a desvalorização do capital já existente e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho às custas das forças produtivas já desenvolvidas” (DIAS, 2014, p. 31).

A desvalorização periódica do capital existente que é um meio imane ao modo de produção capitalista para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação do valor capital pela formação de novo capital, perturba as condições dadas, em que se efetua o processo de circulação e de reprodução do capital, e, por isso, é acompanhada por paralisação súbita e crises no processo de produção (MARX, 1984, p.188 apud DIAS, 2014, p.31)

As crises são inerentes ao próprio sistema, para Marx. “ Sem crises não há capitalismo” (DIAS, 2014, p. 31). Elas representam um novo impulso ao capital, uma nova onda de valorização do valor.

Vivenciamos na atualidade um momento de crise estrutural, de esgotamento de um modelo de civilização. O processo de valorização do capital está chegando ao seu limite devido, entre outros motivos, a uma contradição fundamental: “a produção de valor depende diretamente do trabalho e o mesmo é, paradoxalmente, cada vez mais expulso do circuito de produção, mesmo sendo, a fonte da riqueza social” (PEREIRA, 2013, p.16).

Em termos da estrutura do capital, há um deslocamento importante na sua composição orgânica, com aumento significativo de capital constante e, em

decorrência, uma redução bastante expressiva de capital variável, ou seja, de força de trabalho. Esta nova composição bate forte na razão de existência do capital, que é a sua permanente acumulação. Para a realização deste fim é determinante incorporar quantidades crescentes de trabalho humano, de onde se extrai o valor que alimenta a lógica do todo. Contudo, á medida que este mesmo trabalho é substituído por complexos sistemas de produção automatizados, a criação da riqueza perde a suas antigas bases materiais, gerando ao mesmo tempo uma imensa crise social- que é constatável pelo desemprego estrutural – e um limite lógico para a continuidade da acumulação - que se deve a perda de sua substância viva: O trabalho. (MENEGAT, 2012, p. 28).

Interessa-nos, neste trabalho, compreender que crise é esta, como ela produz cada vez mais uma população sobrando, inúteis aos interesses do capital, que vive a mercê de políticas públicas insuficientes para atender suas demandas, num contexto de retração do Estado no tratamento da questão social e suas manifestações.

Vivenciamos uma crise de valorização do capital, ou seja, provocada pelo movimento do capital em busca de valorização. É chegado um momento em que o capital expandiu todas suas barreiras, inclusive geográficas, no processo de valorização, ou seja, todos os países do globo estão interligados por relações econômicas capitalistas. O capital não tem mais para onde expandir, e ele precisa constantemente de valorizar-se para sua realização, para seu crescimento.

Enfim, apesar do crescimento exacerbado do capital acumulado, surgem menos possibilidades de investimento produtivo de valor que conduza a uma rentabilidade adequada às necessidades do capital em sua etapa planetária. Esta é a dimensão paradoxal da crise estrutural de valorização. (CAMARGO; CORSI; VIEIRA, 2011, p. 9)

1.2 Desenvolvimento das forças produtivas e destruição de contingentes da força de trabalho

O sistema capitalista possui uma necessidade constante de desenvolver novas tecnologias que visam elevar o patamar de produtividade com o emprego cada vez menor da força de trabalho. Este movimento que exige alterações permanentes na composição orgânica do capital somente é possível a partir de investimentos contínuos de parcela dos lucros no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A introdução da maquinaria na produção revolucionou a estrutura produtiva da sociedade com base na manufatura alicerçada em instrumentos de trabalho operados pelo trabalho vivo.

Esse processo de desqualificação do trabalho vivo foi paulatinamente se efetivando, mas não pode ser pensado e nem compreendido, sem serem discutidas as

contradições sociais que se evidenciaram a partir do desenvolvimento da indústria moderna (SOUZA; PEREIRA MELO, 2010, p. 56)

O objetivo do capital é extrair cada vez mais produtividade do trabalhador, tendo em vista que o crescimento da riqueza social está condicionado à apropriação do mais valor produzido pela força de trabalho. Trata-se de extrair o máximo de produtividade, em um dado tempo de trabalho, com uma determinada quantidade de meios de produção. A concorrência intercapitalista obriga o capital perseguir os meios para elevar a competitividade dos produtos no mercado. Vencem esta competição feroz, apenas os capitais capazes de utilizar novas tecnologias voltadas, por um lado, para criar diferenciação dos seus produtos no mercado e, por outro lado, para aumentar a produtividade do trabalho mediante a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias. É este o processo que leva à centralização e concentração de capital

A composição do valor do capital altera-se com um aumento do capital constante (expresso nos meios de produção) em razão inversa do capital variável (salários pagos ao trabalhador). A parte do capital constante aumenta às custas do capital variável. Esse momento caracteriza a concentração e centralização de capital. Aumenta a concentração nas mãos de capitalistas individuais que passam a controlar os meios de produção e a gestão do trabalho. (PEREIRA, 2013, p. 36)

Com a elevação da produtividade do trabalho os preços das mercadorias tendem a cair, ou seja, quanto maior a produção, menor são os preços das mercadorias para competição no mercado. Nesse sentido, o progresso técnico é, antes de tudo, uma arma utilizada, pelos capitalistas, para destruir os concorrentes:

A acumulação não é, portanto, uma questão de escolha individual. Trata-se de uma necessidade engendrada pela própria competição: uma luta em que os capitalistas procuram-se excluir um aos outros do mercado. O progresso técnico é a arma utilizada por esses senhores para se esmagarem mutuamente. Mediante a introdução de inovações procuram rebaixar seus custos e aumentar suas margens de lucro, sendo combatidos pelos demais. ‘O progresso técnico, fruto e arma da concorrência intercapitalista, aparece em seus efeitos, como uma renda diferencial para o capitalista individual, renda esta que reforça a concorrência entre capital e trabalho, em proveito do capital. (BELLUZZO, 1980, p. 92)

A concentração de capital é exponenciada na fase imperialista, de acordo com Lenin (1987), isto possibilitou a dispersão dos monopólios para regiões periféricas. A divisão centro-periferia é dada por essa expansão do monopólio, onde prevalece o domínio do centro. A concorrência entre os pequenos capitalistas é destruída na fase dos monopólios, com isto formam-se os grandes grupos empresariais. Outra característica importante que marca a fase

imperialista é a fusão entre capital financeiro e o capital produtivo, uma vez que há uma exportação mais livre de capitais entre as nações.

Lenin denominou o imperialismo com fase superior do capitalismo, neste momento poucas empresas concentram diversos ramos da indústria e dos processos de produção, desde a extração de matéria prima até o controle dos meios de circulação e o crédito ao consumidor. Pode-se afirmar que os sucessivos saltos no progresso tecnológico observado desde o final do século XIX correspondem, em grande parte, às saídas buscadas pelos monopólios diante do acirramento das condições de concorrência entre si.

Torna-se importante ressaltar que, na compreensão da crise de valorização do capital é o fato de que o movimento de concentração e acumulação impõe uma dinâmica mortalmente contraditória à relação entre capital constante e capital variável onde a composição global do capital é ampliada mas diminui a parte do capital variável empregado na produção capitalista. “Esta situação se sustenta por motivos específicos relacionados principalmente a uma redução relativa do valor, apenas durante um certo tempo”. (PEREIRA, 2013, p. 37).

Embora nunca tenhamos abandonado, voltamos centralmente a contradição. Quanto maior o investimento nos meios de produção, menos o emprego da força de trabalho, ou parte variável do capital. O aumento da produtividade significa que menos força de trabalho produz mais produtos, não riqueza material, como é possível observar a partir da compreensão do valor. (PEREIRA, 2013, p. 38)

Ocorre que apesar de o capitalismo ter sempre a necessidade de absorver trabalho vivo, que é a única fonte de mais valia, isto não se efetiva porque a concorrência leva inevitavelmente os capitalistas a substituir o trabalho pelo emprego de capital fixo.

A longo prazo, o capital investido consiste numa percentagem sempre maior de capital fixo e cada vez menor de capital variável. Despendido em salários. Marx chama a este fenómeno «O aumento da composição orgânica do capital». Mas isto significa também que o lucro diminui, mesmo se o grau de exploração aumenta. Marx, ele mesmo, enumerou uma série de factores que retardam esta tendência de diminuição, como a redução dos preços dos factores do capital fixo. Contudo, sublinha que a longo prazo essa diminuição acentuar-se-á cada vez mais, uma vez que a sua principal causa não é eliminável (JAPPE, 2006, p. 81)

Na mesma linha de raciocínio Belluzzo (1980) aponta que a natureza contraditória do processo de acumulação capitalista revela-se fundamentalmente pela tendência ao declínio da taxa de lucro. O autor explica que o processo de acumulação engloba obrigatoriamente a potenciação da força produtiva social do trabalho. Isto implica que em decorrência do

emprego progressivo de maquinaria e capital fixo em todas as suas formas, o mesmo número de trabalhadores possa transformar em produto, com a mesma quantidade de tempo, uma quantidade maior de matérias primas e auxiliares. Este aumento no volume do valor do capital constante aparece acompanhado por um barateamento dos produtos.

Cada produto individual contém, agora, uma soma menor de trabalho que em etapas anteriores da produção, nas quais o capital invertido em trabalho representava uma proporção incomparavelmente maior em relação ao capital invertido em meios de produção. Portanto, como a massa total de trabalho vivo acrescentado aos meios de produção diminui também o trabalho não retribuído e a parte do valor que toma corpo, como proporção do valor do capital total empregado. Ou melhor, é uma parte alíquota cada vez menor do capital invertido que se converte em trabalho vivo e, por conseguinte, este capital total absorve cada vez menos trabalho sobrando em proporção a sua magnitude, ainda que possa crescer ao mesmo tempo a proporção entre a parte não retribuída do trabalho empregado e a parte remunerada. A diminuição relativa do capital variável e o relativo aumento do capital constante, ainda que ambos cresçam em termos absolutos, se apresentam como já foi dito, como uma maneira distinta de designar a maior produtividade do trabalho. (BELLUZZO, 1980, p. 101)

Desta forma, a acumulação, ao ampliar a massa de novos capitais, cujos elementos materiais são mais eficientes e mais baratos, faz com que, simultaneamente, haja a depreciação periódica do capital existente, como afirma Belluzzo: “ A mesma lei que compele o capital a uma valorização progressiva acaba impondo a necessidade de sua desvalorização periódica, fenômeno que se exterioriza através de súbitas paralizações e crises do processo de produção”. (BELLUZZO, 1980, p. 106)

A redução da taxa de lucro comporta a necessidade de aumentar continuamente a produção de mercadorias para bloquear a queda da massa de lucro. É precisamente porque os ganhos de produtividade só aumentam a mais-valia indirectamente que é preciso fazer crescer continuamente essa produtividade' 7 • O mundo concreto. Todo ele. Vê-se assim consumido a pouco e pouco para que seja conservada a forma valor^a. Na sociedade baseada no valor. A produtividade acrescida do trabalho transforma-se numa calamidade porque é a razão profunda da crise ecológica. Trata-se de uma manifestação da oposição entre forma abstracta e conteúdo concreto que atravessa toda a história do capitalismo (JAPPE, 2006, p. 82)

Num primeiro momento, a elevação da produtividade conseguida por um determinado capitalista, possibilita-lhe obter um aumento do lucro. No entanto, este capitalista perde a vantagem na concorrência quando este patamar de produtividade se generaliza, pois, é, também, alcançado pelos demais concorrentes.

Pereira (2013) observa que o capitalista que saiu a frente na concorrência não voltará à estaca zero, pelo contrário, a produtividade que ele alcançou se torna o padrão geral. Com isso, menos horas de trabalho para uma massa maior de produtos são empregadas com o

novo padrão de produtividade. Lembramos que, para efeitos de medição do tempo médio de trabalho socialmente necessário, todo o trabalho concreto é reduzido ao denominador comum de trabalho abstrato. A contradição que gera maior produtividade e menos valor, leva o capitalismo a crise que destrói e desvaloriza capital, mas permite a manutenção do padrão de produtividade, isto porque o mesmo agora é integrado ao conjunto do conhecimento adquirido e as novas necessidades criadas (PEREIRA, 2013).

Para Kurz (s.d. apud Pereira, 2013, p. 38): “o mesmo processo, que reduz continuamente a quota-parte da força de trabalho que produz valor no conjunto do capital, fez baixar também, juntamente com o valor dos alimentos necessários à reprodução dessa força de trabalho, o valor dela própria e, portanto, aumentou a quota parte da mais valia, na produção total do valor”. Importa ressaltar que a quantidade de força de trabalho que pode ser socialmente utilizada vai depender dos novos padrões de produtividade que, por sua vez, serão fundamentais para apurar a quantidade de valor e de mais valia. (PEREIRA, 2013, p. 39).

No passado, nos períodos de expansão do capitalismo, o aumento da produtividade no seu conjunto costumava mobilizar mais trabalho abstrato, em termos absolutos, do que o tornado supérfluo na fabricação dos produtos individuais. Contudo, a chamada terceira revolução industrial fez com que o aumento da produtividade levasse a uma situação que dispensa mais trabalho abstrato do que adiciona, pela expansão do mercado e da produção. Desta forma, o aumento de mais valia relativa por trabalhador individual, de nada vale, porque a força de trabalho que em conjunto pode ser absorvida cai consideravelmente.

O capital então, entra em crise de valorização, pois somente a força de trabalho (que é cada vez mais dispensada) é capaz de gerar valor. Para buscar saídas, o capital se apóia no endividamento, gerando bolhas financeiras e no crédito público.

Contudo, como afirmamos antes, é impossível retornarmos dos termos dos padrões de produtividade estabelecidos. Diante de níveis cada vez mais elevados e de, conseqüentemente, menos emprego da substância do valor – o trabalho – fica cada vez mais difícil assegurar o processo de valorização. O desenvolvimento das forças produtivas torna-se desenvolvimento de forças destrutivas. (PEREIRA, 2013, p. 39).

Ocorre que o desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas impulsionado pelo movimento de acumulação do capital, leva à diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias. Com isso é minada a sobrevivência de parte expressiva de contingentes da população que dependem de vender sua força de trabalho para sobreviver, além de reduzir a produção do próprio valor na sociedade.

A reversão constante de mais valia a capital adota a forma de um volume do capital invertido no processo de produção. Por sua vez, este aumento funciona como base para ampliar a escala de produção e os métodos a esta inerentes de reforçamento da força produtiva do trabalho e da produção de mais valia. Destarte com a acumulação de capital se desenvolve o regime capitalista de produção que impulsiona em contrapartida, a produção de capital. Estes dois fatores econômicos determinam, pela relação complexa de estímulo que se imprimem reciprocamente, a alteração que se opera na composição técnica do capital e que faz com que o capital variável vá-se reduzindo continuamente á medida que aumenta o capital constante (BELLUZZO, 1980, p. 99)

De uma maneira geral, o que acontece é que o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho possibilita o domínio do capital sobre o trabalho mediante a utilização das máquinas. Esta situação é intensificada e grandes massas humanas são substituídas pela maquinaria. Por uma maior produtividade para o capital, tem-se o aumento das fileiras do “exército industrial de reserva”. Este fato corresponde a uma das contradições que impulsionaram a exploração e a intensificação do problema do desemprego desde o surgimento do capitalismo (BEZERRA, 2011).

O fenômeno do desemprego é parte da dinâmica de reprodução do capital, este serve como uma forma de controle do sistema do capital sobre o trabalho. Mas contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o desemprego é parte das condições necessárias à acumulação capitalista ele corresponde a uma contradição do capital, pois acarreta “uma instabilidade em massa no emprego, revelando-se como uma “dinamite social” na estrutura do próprio sistema do capital, na atualidade.

Nesta nova conjuntura, todos esses agravantes e acirramentos das contradições impostas pela própria reprodução do sistema só são possíveis mediante a manutenção do controle do capital sobre o trabalho. Na forma do desemprego, o controle do capital sobre o trabalho adquire proporções ainda maiores. Verifica-se, de um lado, a instabilidade dos trabalhadores ao impulsionar a flexibilização do trabalho, o agravamento da exploração e a intensificação do trabalho, provocando o rebaixamento dos salários e a redução dos direitos trabalhistas e sociais para aqueles que ainda estão no processo reprodutivo; por outro lado, constata-se o agravamento da superpopulação relativa, ou seja, desemprego para uma grande massa de trabalhadores, com a contínua redução dos postos de trabalho em termos proporcionais ao aumento das forças produtivas. (BEZERRA, 2011, p. 2)

O desemprego e a desocupação em massa são ocasionados pela expansão do capital e pela sede de lucros cada vez maiores e provoca uma série de antagonismos para o próprio capital, uma vez que o desemprego, como já foi explicitado é sintoma das formas contraditórias da sua reprodução

1.3 Desenvolvimento das forças produtivas em prol dos interesses do capital

O capitalismo para sobreviver necessita, constantemente, desenvolver tecnologias, como já foi dito. No entanto esse desenvolvimento está longe de perseguir o atendimento de as necessidades da humanidade, pelo contrário, ele atende, antes de tudo, às necessidades de acumulação. Para alcançar seus objetivos, se mostra com um caráter destruidor tanto dos recursos naturais quanto da força humana de trabalho:

As forças produtivas são uma categoria capitalista e materializam a abstração social baseada no valor. Tal como processo de valorização, as forças produtivas se desenvolvem sem levar em consideração a satisfação das necessidades humanas e as consequências ecológicas. A produção destrutiva por meio da redução da taxa de utilização dos produtos e os gastos militares crescentes demonstram que o capitalismo passou a destruir riqueza material em larga escala para adequar seus potenciais produtivos aos estreitos limites de sua forma de riqueza baseada no trabalho abstrato. (GOMEZ; BLANK, 2012, p. 49)

Marx, no prefácio de “Para a crítica da economia política” em 1859, formulou que:

Em uma etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social (MARX, 1983, p. 30).

Na atualidade, passados 150 anos do escrito de Marx, o que se verifica é a destrutividade crescente do desenvolvimento das forças produtivas do capital e, contudo, não estamos em uma época de revolução social. Gomes e Blank explicam que isso não significa que ainda não exista esta contradição, e sim que ela se manifesta não como é esperada, como se fossem independentes numa relação de exterioridade.

A submissão da dimensão material à dimensão do valor implica que o valor vai dando forma à matéria, isto quer dizer que as forças produtivas não se opõem, mas expressam as relações de produção capitalista. “As capacidades produtivas do homem se encarnaram de maneira muito específica enquanto força produtiva do capital”. (GOMEZ; BLANK, 2012, p 51).

Na constituição da força produtiva, é o processo de valorização, e, portanto, as necessidades do capital e não a satisfação das necessidades humanas, que determinam o percurso e ritmo do desenvolvimento e aplicação tecnológica, e a abrangência do seu uso. (GOMEZ; BLANK, 2012, p. 51)

Com a adaptação do trabalho abstrato como substância do valor, e o tempo de trabalho socialmente necessário como magnitude do valor, o capital lança uma contradição em dois sentidos. Com relação às necessidades humanas, uma vez que o fim é a autovalorização do valor; e em relação as necessidades do capital, uma vez que a contradição imamente resulta na crise de superprodução. Crise, esta, resultante do desenvolvimento tecnológico e aumento da produtividade, em oposição ao aumento do valor das mercadorias, que é dado pelo trabalho humano, que é cada vez mais dispensado nos processos produtivos.

A crise intensifica a inovação tecnológica. Ao mesmo tempo, a crise aprofunda as determinações capitalistas da tecnologia, isto é, o seu caráter de força produtiva. Por um lado, um uso intensivo da tecnologia procura aumentar a mais valia, com o decorrente abuso das fontes de riqueza, força de trabalho e natureza, chegando ao ponto de destruição ou esgotamento antecipado. Por outro, uma restrição do uso da tecnologia em casos que, significando uma vantagem do ponto de vista humano, de se libertar de tarefas pesadas e rotineiras passíveis de serem feitas por uma máquina, ganhando tempo para atividades mais criativas ou humanizadoras, não traz benefícios para o aumento da mais valia. (GOMEZ; BLANK, 2012, p. 51)

Não se questiona, neste momento, o padrão de desenvolvimento instaurado, nem o conhecimento que é produzido pela ciência, como aponta Gonçalves (2013) existe uma confiança acrítica no desenvolvimento promovido pela ciência, como se as questões da humanidade fossem ser resolvidas através desse desenvolvimento. Fica encoberta a noção de que as contradições estruturais do capital transformam as potencialidades criativas do desenvolvimento da ciência numa realidade onde este desenvolvimento está a serviço da destruição.

1.4 Taxas de desemprego e desocupação na atualidade

Segundo dados da OIT, em 2014, mais de 201 milhões de pessoas estavam desempregadas no mundo. A previsão é de que este número pode chegar a 211 milhões em 2018.

Ainda conforme o relatório da OIT, a taxa de desemprego mundial, que era de 5,5% em 2007 e 6% em 2013, ficará em 5,9% até 2017 e voltará a 6% em 2018. Em 2014, a taxa geral foi de 5,9%, chegando a 7,7% entre os 20 países de economias desenvolvidas e a 5% nas emergentes.

Foram contabilizados 61 milhões de postos de trabalho perdidos, no mundo, desde 2008. A OIT calcula que, incluídas as pessoas que ingressarão no mercado de trabalho

nos próximos cinco anos, para recuperar as perdas seria necessário criar 280 milhões de empregos até 2019: "Os jovens, em particular as mulheres jovens, estão sendo afetadas pelo desemprego de maneira desproporcional", diz a organização. "Em 2014, cerca de 74 milhões de pessoas (de 15 a 24 anos) procuravam trabalho. A taxa de desemprego dos jovens é quase três vezes maior do que a dos adultos. O aumento do desemprego dos jovens é comum a todas as regiões e prevalece apesar da melhora do nível de educação, o que causa mal-estar social."

As denominadas transformações no mundo do trabalho foram, antes de tudo, um conjunto de medidas impostas pelo capital para minimizar suas perdas econômicas nesta fase da crise estrutural. Além do desemprego, impuseram uma enorme precarização dos empregos como no caso do Brasil. A adesão do país ao consenso de Washington, ("esse conjunto de medidas estabelecidas no Consenso de Washington estava alicerçado na "abertura comercial, estabilização monetária ancorada no dólar privatizações de empresas estatais e redução do Estado, desregulamentação do mercado financeiro, flexibilização do mercado de trabalho, entre outros") fez crescer no Brasil o desassalariamento, como apontam os indicadores

o trabalho assalariado sofreu um decréscimo de 62,8% para 62,6% da PEA entre 1989 e 1991, sendo que tal redução se deu entre os trabalhadores que já possuíam carteira assinada. No mesmo período estes (com registro) registraram uma queda de 42,2% para 36,6%, enquanto que o trabalho sem registro se elevou de 13,6% para 26% (Pochmann, 1999). O quadro aprofundou-se entre 1991 e 1995. Nesse período o trabalho assalariado teve uma redução ainda maior, saindo de 62,6% para 58,2%. Novamente a queda deveu-se a uma redução do trabalho formal, que deixou de representar 36,6% para representar apenas 30,9% da PEA. Além disso, um novo acréscimo foi verificado entre os assalariados sem registro formal: de 26% em 1991 saltou para 27,3% da PEA em 1995. (AMORIM, 2005, p. 54)

Uma análise do mercado de trabalho produzida por Pochmann no período de 1989 a 1995 demonstrou que a taxa de subutilização da força de trabalho, ou seja, a taxa que se compõe das pessoas que trabalham por conta própria, os não remunerados e os desempregados, apresentou uma variação relativa anual de 5,07%. Isto quer dizer que em 1989 este segmento era correspondente a 31,8% da PEA, e em 1995 já alcançava 37,8% da mesma.

Conflagrou-se assim uma situação extremamente precária aos trabalhadores, que não só ficaram à mercê das incertezas do mercado, como também desprotegidos, sem direito ao seguro-desemprego, sem contribuição com o sistema de Previdência, e, logo, sem direito à aposentadoria e mesmo à assistência social. (AMORIM, 2005, p. 55)

As políticas de ajuste econômico, políticas que tem o objetivo de produzir superávit que garantam o pagamento da dívida externa, desde o início de sua implementação massacraram a classe trabalhadora, não só pela precarização das condições de trabalho, como foi demonstrado, mas também pelo desemprego. O dado é de que durante a década de 1980 o desemprego passou a apresentar uma curva ascendente, especialmente na sua primeira metade, tendo fechado os anos de 1981-90 com uma média de desemprego de 3,73% da PEA (OIT), sendo que entre 1980 e 1991 a PEA cresceu a 2,78% em média, ao ano. Mas foi realmente na última década do século XX que o nível de desemprego cresceu exponencialmente. Segundo a OIT, entre 1999 e 2003 todos os anos registraram índices de desemprego maiores que 9% no Brasil.

A taxa de desemprego no Brasil, nas regiões metropolitanas, saltou de 4,8% em 1991 para 6,2% em 2002, flutuando ao longo deste período e tendo atingido 7,6% em 1998. Isso mostra que a década de 90 foi marcada por altos índices de desemprego.

Atualmente, no Brasil, onde a taxa caiu de 8,1%, em 2007, para 6,5% em 2013, a estimativa é de que tenha ficado em 6,8% em 2014 e avance para 7,3% até 2017 e 7,4% em 2018, por Redação RBA publicado 20/01/2015 15:32 A taxa de desemprego no Brasil, nas regiões metropolitanas, saltou de 4,8% em 1991 para 6,2% em 2002, flutuando ao longo deste período e tendo atingido 7,6% em 1998. Isso mostra que a década de 90 foi marcada por altos índices de desemprego.

1.5 Desemprego, precarização das relações de trabalho e crescimento das favelas

Nas duas últimas décadas, a sociedade contemporânea passou por fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva referente a acumulação flexível são dotadas de forte caráter destrutivo, e tem ocasionado num monumental desemprego, associado a uma enorme precarização do trabalho.

A crise a qual estamos abordando, desestruturou o terceiro mundo e eliminou os países pós capitalistas do leste europeu e também atingiu o centro do sistema produtor de mercadorias (KURZ, 1999). E na medida em que avança a competitividade intercapitalista, desenvolvendo ainda mais a tecnologia concorrencial, ocorre a desmontagem de inúmeros parques industriais que não conseguem acompanhar a concorrência.

Em decorrência desta lógica destrutiva, Kurz (1999) afirma que regiões inteiras estão sendo pouco a pouco eliminadas do cenário internacional, derrotadas pela desigual concorrência mundial. Entre tantas destruições de forças produtivas, além da natureza e do

meio ambiente, existe também em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que na atualidade encontra-se em grande parte precarizada ou excluída.

A lógica destrutiva do capitalismo contemporâneo é acentuada pela configuração com que este vem assumindo nas últimas décadas. Segundo Antunes, no contexto de crise estrutural do capital, algumas tendências que acentuam este caráter destrutivo do capital ocorrem em respostas do capital pela sua própria crise. Tendências essas que são: o crescimento da substituição do padrão produtivo taylorista-fordista pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês, ou toyotismo são exemplos; e o recrudescimento do modelo de regulação social democrático, que deu sustentação ao estado de bem-estar social em vários centrais, prevalecendo agora o modelo neoliberal, privatizante e anti social.

Em relação as transformações ocorridas no mundo do trabalho e as tendências destrutivas do capital em relação as forças produtivas, Bezerra afirma que, o problema do desemprego tem suas bases materiais no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho apropriadas pelo sistema do capital. Segundo a autora quanto mais ele se desenvolve e se expande, mais suas contradições, como o desemprego aparecem. Diante das atuais mudanças ocorridas no mundo do trabalho, pode se dizer que hoje os trabalhadores vivem uma crise no emprego. Segundo Pochmann (2006) atualmente, o Brasil vivencia a mais grave crise no emprego da sua história.

Nem a transição do trabalho escravo para o assalariamento, nem a crise de 29, e nem as recessões das atividades produtivas nos períodos 1982-83 e 1990-1992 foram capazes de proporcionar tão expressiva quantidade de desempregados e generalizada transformação da mão de obra nacional quanto a que pode ser identificada nos dias de hoje. (POCHMANN, 2006, p. 60).

A crise no emprego afeta tantos os países periféricos quanto os países centrais, de acordo com a revista Carta Capital:

A próxima fase da recessão econômica mundial toma forma: uma crise do emprego. Seus contornos começam a se definir, mas a gravidade, a amplitude e a duração da recessão, juntamente com mudanças na estrutura dos mercados de trabalho, tanto nas economias ricas quanto nas emergentes, sugerem que o mundo está prestes a sofrer o maior aumento de desemprego em muitas décadas (CARTA CAPITAL, 2009 apud BEZERRA, 2011, p. 34)

As transformações no mundo do trabalho que estão em curso desde o advento da 3ª revolução industrial, iniciada após a Segunda Guerra Mundial, vêm produzindo massas crescentes de trabalhadores inúteis ao interesse do capital, uma vez que são substituídos pelas

novas tecnologias. Como consequência, de mudanças nos padrões de acumulação, a reestruturação da produção terceirizações, aumento do trabalho temporário, aumento do trabalho informal e de todo tipo de precarização do trabalho expressivos contingentes da população urbana têm, hoje, grandes dificuldades para sobreviver nesta sociedade sob o comando do capital. Esta população não ganha visibilidade na estrutura formal de trabalho, pois seus vínculos empregatícios são muitas vezes informais e precarizados. A hipótese que se pretende defender neste trabalho é de que sem emprego formal essa população tem seu futuro incerto e ocupam sempre os piores lugares tanto na estrutura produtiva quanto no território pela segregação sócio territorial, engrossando as favelas e as periferias.

CAPÍTULO 2: CRISE URBANA E PERIFERIA

2.1. Crescimento das periferias urbanas

Como já foi abordado anteriormente, a sociedade capitalista contemporânea passa por uma crise que atravessa todas as dimensões da vida social, neste sentido o fenômeno da expansão da segregação sócio espacial no Brasil e no mundo são faces indissociáveis da crise da civilização ocidental contemporânea (MENEGAT, 2006), ou seja, da crise da sociedade urbano-industrial do sistema capitalista. A população urbana dos países ocidentais corresponde a 80%, por isso as expressões das mazelas sociais se manifestam com visibilidade no espaço urbano. Denominar o fenômeno como crise urbana é necessário somente para fins analíticos para desvendar o fenômeno mais amplo, que é a crise atual do modelo civilizatório.

Para Harvey (2011 apud GUERRA, 2014), há estreita relação entre desenvolvimento e crise capitalista e os processos de urbanização. Isto indica que a questão urbana constitui aspecto incontornável na discussão da crise do capital e de suas formas de materialização (GUERRA, 2014, p. 258).

Após a década de 70, associado ao crescimento demográfico ocorreu a aceleração da tendência de urbanização completa da sociedade ocidental. Para citar o Brasil, em 1950, o percentual de urbanização da sociedade brasileira era de 36,2%, em 1980 alcançou a taxa de 67,6%, em 2000, já se encontra em 81,3% e, em 2010, o IBGE apontou que 84% da população brasileira vive em cidades.

As grandes cidades tem sido o local privilegiado de reprodução dos conflitos sociais. É o espaço não só da onde emanam as decisões políticas e de grandes empresas, mas também o local onde uma massa de “população sobranse, supérflua para o capital” estabelece uma luta cotidiana pela sobrevivência. (GUERRA, 2014, p. 258)

Essa população sobranse compõe o que Marx denominou de exército industrial de reserva, na época em que Marx produziu sua obra essa população servia para pressionar os trabalhadores a trabalharem por salários mais baixos e ela reingressava no mercado de trabalho. Na atualidade essa população não ingressa no mercado de trabalho, ela realmente sobra. Devido ao processo anteriormente descrito de automação das forças produtivas os postos de trabalho diminuem e a população trabalhadora não para de crescer.

A crise atual pelo qual o capitalismo passa coloca questões para a classe dominante praticamente impossíveis de serem resolvidas, como destaca Harvey (2011 apud GUERRA, 2014). O capital necessita expandir-se de forma cega e essa expansão chegou ao limite isso leva as sociedades a dilemas sem saídas, ou cuja saída, ainda que provisória, implica em desastres ambientais e, posteriormente, em comprometimento a própria existência da humanidade (GUERRA, 2014).

Uma das contradições do capitalismo agora é que o capital precisa crescer. Mas as condições nas quais isso pode ocorrer são cada vez mais restritas. É muito difícil achar novos lugares para ir e novas formas de atividades produtivas que possam absorver a enorme quantidade de capital que está buscando por atividades lucrativas. Como consequência, muito capital agora vai para atividades especulativas, para patrimônio, compra de terras, commodities, criam-se bolhas. Esse é o problema real: como o capital pode continuar crescendo nos próximos anos. Está ficando cada vez mais difícil para o capital achar formas de fazer isso. O crescimento está colocando muito estresse sobre o ambiente (HARVEY, 2011 apud GUERRA, 2014, p. 258).

Desta forma, Mézaros (2013 apud GUERRA, 2014) problematiza as saídas encontradas pelo capitalismo para suas crises cíclicas. Ele aponta que estas saídas têm sido implementadas sob pena de maior e de novas formas de exploração da classe trabalhadora e de níveis cada vez mais elevados de destruição da natureza. No atual estágio de acumulação do capital, ou seja, no estágio de sua crise estrutural, Mézaros (2013 apud GUERRA, 2014) chama essas saídas encontradas pelo capital para valorizar-se de “produção destrutiva”.

A crise a qual estamos colocados perpassa o modelo de relações socialmente estruturadas, “no tempo e no espaço, entre homem e natureza, entre o campo e cidade, entre público e privado, entre proprietários e sem propriedade, entre civilização e barbárie” (MENEGAT, 2005, p. 111). É importante ressaltar que a crise urbana afeta de forma diferente as distintas classes sociais, para os pobres urbanos resta sobrevivência de forma precária nas grandes cidades, sem acesso a serviços públicos e a direitos como educação e saúde, vivem como indesejáveis nas cidades.

A crise urbana impõe, para os pobres urbanos, a experiência terrível de viver como moradores indesejáveis, concentrados em propriedades ilegalmente ocupadas e permanentemente expostos à expropriação – ou à remoção, para empregar um termo técnico oriundo do campo do planejamento urbano (MENEGAT, 2009, p. 98).

Nas últimas 3 décadas houve um acelerado movimento de concentração de pobres em áreas ilegalmente ocupadas e de acordo com Menegat (2009), esses locais expressam a face mais aguda da crise urbana. Depois de serem expulsos do campo, quando chegam na cidade esses pobres não encontram forma de manter sua sobrevivência de forma digna, “trata-

se de um indicador contundente que aponta que, definitivamente, os pobres não têm lugar no território” (MENEGAT, 2009, p. 18).

Neste trabalho vamos denominar essa massa crescente de excluídos do acesso as formas legais de propriedade da terra urbana de “sem propriedade”. As regiões do território urbano onde, historicamente, se adensam os sem propriedades são denominadas de favelas ou vilas populares como no caso do Brasil, como aponta Menegat (2005). Com relação a etnia, essa população é composta massivamente por afrodescendentes. “As áreas de risco, tais como, encostas de morros e terrenos alagadiços, são, por excelência, o lugar que ocupam na cidade.” (MENEGAT, 2005, p. 31).

O fenômeno do adensamento da população pobre em áreas de risco não é exclusivo do Brasil, mas em todas as cidades grandes do mundo ocidental. Tanto as cidades dos países centrais como os da periferia latino-americana convivem com essa problemática do crescimento dos sem propriedade, como aponta Menegat (2009)

Conforme dados da ONU-Habitat, 31,9% dos habitantes da América Latina e Caribe vivem, atualmente, em “bairros marginais”. E, este percentual cresceu para 6,2% na Europa (*Jornal do Brasil*, 2003). (MENEGAT, 2009, p. 100).

Em toda a América Latina, é comum o fato de que, desde o período colonial, surge uma massa de deserdados, constituídos sobretudo por índios e africanos, como aponta Menegat (2005). Eles são excluídos das formas legais de apropriação do território, e a forma jurídica instituída de apropriação do território não lhes deixou outra alternativa a não ser ocupar assentamentos ilegais na cidade e no campo.

A partir de formas alternativas de apropriação da terra urbana, os *sem-propriedade* geraram uma forma-conteúdo própria de viver: os assentamentos ilegais. A favela e os assentamentos ilegais constituem a forma de viver do *outro* na cidade. Sua trama sócio-espacial interna é claramente distinta da ordem urbana fundada na trama de propriedades público-privadas hegemônica na cidade ocidental (MENEGAT, 2009, p. 103).

Esta população, que se encontra espacialmente localizada nas cidades, é constituída por excluídos, (parcial ou totalmente), não só das fontes formais de emprego e renda, mas inclusive de meios legais de acesso a propriedade do solo e também do acesso às redes de serviços públicos indispensáveis a sobrevivência digna nas cidades, tais como, transporte, saúde, educação, água, saneamento, pavimentação, iluminação e lazer (MENEGAT, 2005).

Atualmente, a crise urbana, perpassa a totalidade do ocidente, mas é nos países periféricos que expressa sua face mais perversas. Relações de violência, miséria, instabilidade, desordem, tráfico de drogas, demarcam a face cotidiana da crise urbana e é neste meio que um número crescente de homens e mulheres vivenciam sua experiência social. A crise atinge a sociedade como um todo, porém sua face mais perversa na atualidade se expressa, sobretudo nas áreas de moradias dos mais pobres, nos países ocidentais periféricos. No Brasil, a população das periferias, que em sua maioria é negra e pobre, com um percentual de 25% de famílias que vivem com menos de um salário mínimo, são os mais atingidos pela a crise social e urbana. Diante da incerteza muitos jovens encontram como alternativa de vida somente o tráfico de drogas. Como demonstra Wacquant (2001) as prisões da miséria.

Assim, a partir de 1989, a morte violenta é a principal causa da mortalidade no país, com o índice de homicídios no Rio de Janeiro, em São Paulo e Recife atingindo 40 para cada 100.000 habitantes, ao passo que o índice nacional supera 20 para cada 100.000 (...) na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônico continuará a buscar o “capitalismo de pilhagem” da rua (...)” (WACQUANT, 2001, p. 8).

É neste cenário de desigualdades sociais, nos marcos de um processo de globalização que a crise urbana se agrava e faz com que um enorme contingente da classe trabalhadora vivencie uma verdadeira “tragédia urbana anunciada”. Os dados são alarmantes, em São Paulo 5,5 milhões de pessoas vivem, atualmente, em territórios clandestinos ou irregularmente ocupados. Isto significa que os sem propriedade correspondem à metade da população da cidade e ocupam 17% da totalidade do território desta cidade. “Dito de outra maneira, a outra metade de habitantes ocupa 83% do território urbano” (MENEGAT, 2005, p. 116). A quantidade dos sem propriedade cresceu em todas as grandes e médias cidades brasileiras.

A segregação sócio-espacial é um fenômeno que tende a generalizar-se no espaço urbano. Isto quer dizer que as formas de apropriação do território devem inscrever-se no debate sobre a questão social.

Um problema muito grave neste contexto de crise urbana é a falta de alternativas de vida oferecidas aos jovens pobres; não existe lugar para estes, resta-lhes de fato o extermínio, o problema da violência urbana nos remete a uma questão estrutural deste modelo social. “Na medida em que a reprodução da vida encontra-se ameaçada em determinadas porções do seu território, o futuro da metrópole torna-se incerto para todos. As tensões sociais tornam-se, tendencialmente, mais amplas e radicais” (MENEGAT, 2005, p. 115).

Diante do exposto podemos concluir que a análise da crise social atual, dito de outra forma, a análise das expressões da questão social na atualidade, não pode se restringir ao conteúdo econômico dado pela recessão e pelo desemprego estrutural. Muitas vezes os segmentos populacionais mais atingidos pela crise encontram visibilidade em seus locais de moradia e não na estrutura produtiva devido a questão do desemprego estrutural, eles possuem empregos precarizados, são “biscateiros” de toda ordem diaristas, faxineiras, motoboys, etc, recebendo uma renda incerta e insuficiente para o seu próprio sustento e o sustento de sua família.

Para identificarmos a configuração das cidades e de como a crise urbana se manifesta em determinado país torna-se necessário refletir sobre a história da colonização e da urbanização, desta forma podemos compreender as causas da segregação e da desigualdade presentes nas cidades, de acordo com SILVA (2007).

Na década de 50 intensifica-se o processo de urbanização no Brasil, é quando no espaço urbano há um aumento da população e um crescimento deste espaço. Isto porque inicia-se a migração dos moradores do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Mas, ainda antes, durante o século XVIII, a urbanização começa a se desenvolver, se intensificando, então, durante o século XIX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. A taxa de urbanização que em 1940 era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86% (SANTOS, 1998 apud SILVA, 2007, p. 2)

Os dados apontam que em 1950 o Brasil tinha uma população de 33 milhões de camponeses, com 19 milhões de habitantes nas cidades e hoje a população urbana passou para 120 milhões, isto indica que o Brasil é um país eminentemente urbano (DEÁK & SHIFFER, 1999, p. 11-12 apud SILVA, 2007, p. 2).

No Brasil, de acordo com SILVA (2007), o fenômeno da urbanização é uma consequência de fatores antigos, devido a crise do sistema colonial, onde a mudança da economia possibilitou o surgimento do mercado urbano, desta forma grande parte da mão de obra utilizada no campo, muda-se para a cidade. É por isto que para compreender a urbanização no Brasil torna-se necessário referir ao passado.

A formação de um modo de produção urbano-industrial capitalista no Brasil está ligada ao enfraquecimento da economia colonial e o surgimento de uma economia de mercado [...] o longo período de crescimento das exportações de café levou ao uso crescente de mão-de-obra na agricultura de exportação, em detrimento das atividades de subsistência e de manufatura. A isto deve-se acrescentar a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (principalmente imigrantes) e o crescimento

das cidades devido as atividades de exportação (OLIVEN, 1984, p. 61, apud SILVA, 2007, p. 2).

SILVA (2007) afirma que a influência da colonização brasileira é expressa nos dias de hoje. Ela diz que a oposição entre senhores de engenho e escravos foi substituída pela relação entre o empregador e o empregado, e que a distância entre a casa grande e a senzala foi substituída pelo centro e pela periferia. Afirma também que o Estado e os Agentes imobiliários criam espaços particulares que diferencie e separe as classes com maiores e menores condições financeiras.

A urbanização está atrelada ao processo de industrialização, pois o surgimento de uma indústria, principalmente de grande porte tende a atrair à região onde se instalou um alto número de pessoas, de acordo com SILVA (2007). As indústrias geram empregos diretos e indiretos, possibilitando que novos imóveis e prestadores de serviço se instalem ao seu redor.

A partir dos anos 1940-1950, no Brasil, ocorre que a industrialização já não pode ser compreendida como a criação de atividades industriais, mas também como um processo social complexo, “formando um mercado nacional, expandindo consumo, impulsionando as relações e ativando a urbanização, envolvendo todo o país e acelerando a urbanização das médias e grandes cidades, que são as primeiras a receber estas indústrias” (SILVA, 2007, p. 2).

A relação entre a industrialização e a formação de favelas situa-se, principalmente, a partir da constituição do *êxodo rural*, que é a migração em massa da população do campo para a cidade. Esse fenômeno é decorrente dos processos de mecanização do meio rural e de concentração fundiária, ou seja, com a industrialização do campo, o homem foi substituído pela máquina e passou a residir e buscar emprego em áreas urbanas. (MUNDO EDUCAÇÃO, 2015).

No Brasil, a urbanização desordenada das metrópoles tem um salto na ditadura militar com seu projeto de desenvolvimento, que previa a incorporação de uma enorme extensão territorial ao agronegócio; utilizando dos métodos como a grilagem de terras e sob a bandeira da integração nacional, uma enorme porção do território brasileiro foi incorporada a grupos econômicos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Isto resultou na expulsão de milhões de brasileiros que viviam na condição de sem propriedade no campo (achar dados sobre migração deste período) “Ocorreu neste momento um considerável crescimento econômico acompanhado de uma vertiginosa concentração de propriedade privada”. É importante ressaltar que as terras incorporadas a integração nacional, entregue agrobusiness não estavam “vazias”, mas ocupadas por uma população de posseiros, que expulsos, perderam assim seus

tradicionais meios de vida, sendo empurrados para os centros urbanos e engrossando as fileiras dos sem propriedade na cidade.

Na atualidade, as terras que restam para serem incorporadas a malha urbana são somente a Amazônia, mas que já tem também um processo de urbanização em curso.

Atualmente, 70% da população amazônica vivem em núcleos urbanos. Em 1970, esse número representava 35% do total. Passou a 44% na década de 80 e a 58% em 1991. A professora Bertha Becker, da UFRJ, acredita que esse aumento considerável foi impulsionado, na década de 70, pela mobilidade populacional da mão-de-obra para a abertura de fazendas e, depois, complementada pelo forte processo de municipalização. (<http://www.unb.br/acs/acsweb/>). (MENEGAT, 2005, p. 121)

A matriz industrial do país era maior do que a agrícola, até a década de 70. A estagnação econômica levou a uma crise de desenvolvimento e a saída encontrada pela ditadura foi abrir caminhos para velhas formas de apropriação do território para a exportação de bens primários, através da privatização das terras devolutas, como forma de impulsionar o desenvolvimento do agronegócio. Assim como no período colonial, o Brasil permaneceu na divisão internacional do trabalho como exportador de matérias primas.

A expulsão dos camponeses de suas terras no campo no Brasil na década de 70, fez com que ao chegassem nas cidades, na condição de sem propriedade, estes ocupassem os locais que se constituíram como as favelas. Há um grande debate em torno de quais áreas podem ser denominadas pelo termo favela. No entanto o que se percebe é que sempre houveram tentativas de esconder esta face do cenário urbano, uma vez que ela foge as formas tradicionais de representação geométricas das cidades ocidentais e tornam visíveis a pobreza e as mazelas do modelo social.

O dado é de que em 2000, cerca de seis milhões de habitantes das aglomerações urbanas do Brasil viviam em favelas, o equivalente a 6% da população total das cidades. Os moradores das favelas enfrentam diversos problemas no âmbito econômico, político e social.

Conforme informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil já ultrapassou a marca de 11 milhões de pessoas morando em favelas, o que é equivalente a cerca de 6% da população total, um número superior à população total de Portugal. Desse contingente de pessoas, 80% delas são de regiões metropolitanas, o que nos ajuda a perceber como a urbanização está diretamente associada ao surgimento das favelas. (MUNDO EDUCAÇÃO, 2015).

Os anos 90 em países periféricos como no Brasil foram marcados pela queda do muro de Berlim, ou seja, fim do socialismo real devido a suas fragilidades enquanto modo de organizar a produção da riqueza, que se baseava nas mesmas estruturas do capitalismo, ou

seja, na produção de valor, de mais valia, fazendo apenas uma distribuição diferente da riqueza produzida, e que não podia levar as nações a um futuro diferente a não ser o colapso, uma vez que o capitalismo também já começa a dar sinais de fracasso. Desta forma o mercado vai aparecer como a “instância suprema de coordenação das atividades econômicas” (DUPAS 1998, p. 132), ou seja, um suspiro para o capitalismo continuar sua busca incansável por valorização, fazendo com que os Estados perdessem seu papel regulador da economia.

Após o aprofundamento da crise da década de 70, a insuficiência de gestão dos Estados nacionais, deixaram brecha para os defensores do estado mínimo aparecerem com veemência. “A ideia de que o Estado tende intrinsecamente à ineficiência voltou com toda força quando se evidenciaram os problemas de financiamento e gestão dos governos nos países desenvolvidos.” (DUPAS, 1998, p. 132).

As políticas de revisão do Estado praticadas nas últimas duas décadas tornaram eficaz o longo ciclo de privatizações – ainda em curso – que possivelmente aprimorará a infraestrutura de vários países, devendo supostamente viabilizar a queda do seu custo. Além disso, a saída progressiva dos Estados nacionais como produtores de bens e serviços poderá aliviar os caixas de seus Tesouros, dilapidados pelos déficits recorrentes de suas empresas estatais ineficientes. (DUPAS, 1988, p. 132).

Apesar disto, os processos de globalização das economias e de privatização da infraestrutura pública, apesar de ocasionarem benefícios à “eficiência econômica”, é responsável pela tendência mundial do desemprego estrutural e crescente flexibilização da mão de obra. O papel do estado neste cenário é o de “administrar a barbárie” ocasionada pela falta dos empregos, efetivando uma certa proteção social a essa massa supérflua, desde que estes gastos não afetem o pagamento da dívida pública.

O próprio Banco Mundial parece estar assumindo posições flexíveis a respeito do papel do Estado. Segundo seu Relatório de 1997: "Com a crescente competição e insegurança no trabalho, os trabalhadores irão depender mais de recursos estáveis para seguro-desemprego, educação e treinamento nos próximos anos. Na ausência desses programas governamentais, o suporte político para a globalização seria erodido." (DUPAS, 1998, p. 133)

Conforme apresentado, os estados nacionais neste contexto de crise perdem papel enquanto executores de políticas sociais. Isto porque o fundo público é direcionado em sua maior parte, através do conhecido superávit primário, ao pagamento da dívida pública através das políticas de ajuste fiscais. E o que resta é disputado nas instancias da dominação política por uma maioria de políticos que não representam os interesses da maioria oprimida e sim de

grupos privados como os ruralistas, empresários, que se elegem pelo poder econômico para defender seus interesses de perpetuar a dominação deste sistema.

O sistema político e o Estado não são uma esfera isolada da sociedade, por eles, perpassam as contradições fundamentais do sistema, ou seja, este modelo de Estado está também em crise. As grandes corporações internacionais substituem o papel dos estados nacionais na regulação da economia e principalmente nos países periféricos se instalam para atender seus interesses de acumulação.

Outro aspecto importante a ser destacado sobre o papel do Estado na crise é o seu recrudescimento enquanto Estado penal, na medida em que resta aos excluídos dos processos produtivos, a assistência e o encarceramento. Existe um na sociedade entranhado no senso comum um discurso de ódio contra os miseráveis que legitimam a violência e a criminalização da pobreza.

Desta forma, aqueles que foram “excluídos do jogo”, vítimas da omissão estatal, devem ser mantidos fora do jogo da sociedade do consumo. Os pobres, vagabundos, os excluídos fazem parte de “classes perigosas”[1] que não tem lugar na sociedade consumista e de mercado. Devido as suas “condutas ilícitas” como o abuso de álcool ou a “vadiagem” precisam ser condenados, devendo ser colocados nas prisões. (TAQUES, 2007, p. 12)

2.2. Crise do capital e pilhagem do fundo público

O estágio atual do sistema capitalista, marcado pela crise, faz com que os grandes capitalistas em sua busca insaciável por lucros avancem cada vez mais em retirar os direitos, os salários e os empregos dos trabalhadores. Esta é uma tendência que se evidencia em todo o mundo e no Brasil não podia ser diferente.

Nos anos do governo do PT, os brasileiros viveram um momento que o governo, favorecido pelos lucros gerados pelas vendas das commodities, propiciou um aumento de direitos sociais pela implementação de programas sociais assistenciais e na área da educação e uma política importante de valorização do salário mínimo. Passado alguns anos de implementação desse novo tipo de governo, que em alguns aspectos se contrapunha ao modelo neoliberal que vinha antes sendo implementado, foi impossível manter as conquistas alcançadas, pois as commodities não estavam gerando mais os lucros, e a crise em sua forma mais agravante se instaurou no país. Foi necessário, para o grande capital, implementar no Brasil uma série de mudanças que se iniciaram com o impeachment sem crime de responsabilidade, ou seja um verdadeiro golpe na democracia do país que tirou do governo a presidente Dilma do PT.

Já de início, o presidente Temer, que assumiu no lugar de Dilma, começou a articular as mudanças na legislação trabalhista na tentativa de aprovar a legislação que preconiza a terceirização irrestrita, permitindo as empresas estenderem a terceirização também para as “atividades fins”, e também a instauração do conteúdo “negociado” sobre o legislado, ou seja, um claro objetivo de se rasgar a CLT.

Aprovadas tais medidas, a tendência a desregulamentação precarização, rotatividade será galvanizada e receberá suporte legal, institucional, e com isso, a correia de transmissão entre trabalho formalizado, assalariamento e direitos trabalhistas, a rigor cambaleante desde sempre no Brasil, estará sustada. No fundo, encontra-se a secular obsessão de elite com o rebaixamento dos custos de produção e reprodução da força de trabalho no Brasil, tão enraizada que, no primeiro encontro oficial de banqueiros com o presidente Michel temer, a pauta foi exatamente a “flexibilização” da legislação trabalhista. O termo “flexibilização”, a propósito, consagrou-se como eufemismo para caracterizar medidas de deterioração ou destruição de direitos. (BRITO, 2016)

As consequências desse desmonte de direitos para os trabalhadores são desastrosas. Um professor por exemplo, será funcionário não de uma escola, mas de um escritório que vai encaminhar trabalhadores para a área da educação e o salário, descanso remunerado, férias, tudo isso será fruto de negociação. “Trata-se, em síntese, de um combustível aditivado sobre esse fenômeno que especialistas, como Márcio Pochmann, denominam de `uberização` das relações de trabalho; trata-se da ampliação da imensa massa de `precariados` espalhada pelo mundo.” (BRITO, 2016).

De acordo com Brito a elite empresarial brasileira sustenta a tese de que o orçamento público do país não comporta a Constituição federal de 88, essa tese, na prática significa dizer que um enorme contingente de homens e mulheres não cabe no (PIB) Produto Interno Bruto brasileiro. E lembra que na primeira visita oficial ao país depois do impeachment da presidente Dilma, o Fundo Monetário Internacional recomendou que fosse reavaliado o modelo de valorização anual do salário mínimo, que aconteceu nos governo de Lula, além de uma (contra) reforma da previdência e trabalhista, sob o pretexto de que são medidas necessárias para a “recuperação da sustentabilidade fiscal”. Ou seja, todas essas medidas, visam “economizar” dinheiro do fundo público para impagável dívida pública do país, em detrimento no investimento de garantias aos direitos sociais conquistados.

É importante considerarmos que na mesma perspectiva de apaziguar os ânimos do mercado e de causar `boa impressão` às agências de avaliação de risco (que orientam investimentos ao redor do mundo globalizado), há quase duas décadas já se pratica o chamado `superávit primário` no Brasil. Apesar da enxurrada de recursos públicos para o mercado financeiro (bombeados,

principalmente, pelo sistema da dívida pública), o endividamento bruto do setor público pulou de cerca de 40% do PIB, em 1998, para cerca de 58% em 2013. No mesmo período, a carga fiscal não diminuiu; ao contrário, elevou-se 6% em relação ao PIB. Desde 2006, a carga tributária situa-se em torno de 33% do PIB. O grande salto dos impostos aconteceu nos governos FHC: de 26,1% do PIB, em 1995, para 60,4%, em 2002. A autoproclamação que o PSDB tenta disseminar (com o beneplácito da grande mídia) de gestores fiscais austeros, promotores da “responsabilidade fiscal”, não encontra amparo nesses dados. A manifestação dessa “austeridade” ocorre, na verdade, nos minguados investimentos sociais que perpetuam as iniquidades seculares da formação social brasileira. (BRITO, 2016)

Brito aponta que um conceito interessante para compreender esse processo de retirada do fundo público para políticas para a maioria da população para pagamento da dívida, que na verdade são de grandes empresários e banqueiros, chamada de pública, processo que ele chama de “pilhagem”, é o conceito de David Harvey de “acumulação por despossessão” ou “espoliação”. Harvey nota que isso acontece desde que o capitalismo entrou em sua crise de forma mais profunda nas três últimas décadas do século XX, ou seja, desde a década de 70, entrando no século XXI, momento de crise estrutural, ocorre “um regime de espoliação aberta, direta, crua, imediata”, reconhecido não só por Harvey, mas por outros pensadores como Arantes, Menegat, Becher & Villar. Os obstáculos postos para a acumulação capitalista (frutos da redução dos postos de trabalho, sendo que somente a força de trabalho é capaz de produzir mais valia, ou seja lucros e acumulação) nesta crise faz com que sejam reativados métodos de acumulação da “assim chamada acumulação primitiva”.

Em perspectiva análoga, Altvater sintetiza que “(...) a apropriação não pela produção, mas pela desapropriação, é uma tendência da economia mundial do século XXI”, lembrando que o atual contexto de crise é marcado pela superprodução (e não sub-produção). A lógica monetária é extravasada para os mais diversos e moleculares escaninhos da vida cotidiana, exprimindo, assim, uma monstruosa pretensão (potencialmente) totalitária de domínio do mundo “natural” e “sociocultural”, ou seja, das “condições objetivas” e “subjetivas”. (BRITO, 2016)

A predominância das transações globais na atualidade tem procedência financeiro-especulativa, conforme Brito (2016), pode ser conceituada como expressão fundamental da chamada “acumulação por despossessão”. A expansão de formas de obtenção de renda por meio de ativos financeiros como títulos da dívida pública, patentes terras, imóveis é extraordinária. Exemplo disso é a aprovação na Organização Mundial do Comércio do Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual, no ano de 1995, de acordo com Brito (2016), depois desse acordo os ganhos das “indústrias intensivas em conhecimento” (que representam 30% do PIB mundial, conforme Brito (2016)) são frutos em sua maior parte das

rendas das propriedades intelectuais do que com a produção propriamente de mercadorias, ou seja, bens e serviços.

Uma das evidências da crise estrutural de superacumulação do capitalismo é que o contexto econômico-político-cultural se fundamenta sobre uma acumulação de capital na forma monetária, não podendo delimitar, de forma exata, onde começa e termina o “setor especulativa e a “acumulação real”.

Logo, chamemos a coisa pelo nome: pilhagem, rapinagem, espoliação! Vidrados e agarrados a essa coisa, os endinheirados e poderosos no Brasil insistem na tese segundo a qual o orçamento público do país não comporta a Constituição Federal de 1988 – o que, conforme já registrado, significa assumir, na prática, que uma enorme massa de mulheres e homens não cabe no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Nada além de uma monstruosa coerência com as coordenadas de uma formação social estruturada sobre séculos de escravidão, rapinagem de recursos naturais, que naturaliza o extermínio da juventude negra e moradora de favelas. (BRITO, 2016)

2.3. Quarta revolução industrial e aumento do desemprego

Uma das transformações que estão ocasionando um incrível enxugamento da força de trabalho é a chamada 4ª revolução industrial da atualidade. De acordo com especialistas sobre o tema

O tema foi amplamente discutido no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, que teve início na quinta-feira (20) e chegou ao fim no último sábado (23). De acordo com o Fórum, a estimativa é que, em função da tecnologia, cerca de 7 milhões de empregos terão fim até 2021, enquanto outros dois milhões serão criados para operar com a mesma tecnologia, especialmente a robótica, a nanotecnologia, e a internet das coisas (FREITAS, 2016).

Na história da evolução das tecnologias de trabalho, a questão da substituição do trabalho humano pelas máquinas sempre esteve presente como uma preocupação. Porém a questão que se apresenta nova na atualidade é que a substituição de trabalho humano por máquinas não se dará só no nível da mecânica, “mas também da emergência de ferramentas de inteligência artificial cada vez mais potentes, abrindo portas para que a tecnologia ocupe também postos de trabalho relacionados a necessidade de pensamento, e talvez em breve de crítica”.

De acordo com Freitas (2016), para Leonardo Trevisan, professor da (PUC-SP) a substituição anterior, do trabalho mecânico, pode até ser vista de forma positiva, uma vez que estes postos de trabalho são alienantes e acarretam em risco para a saúde física e mental do

trabalhador. Na atualidade, a quarta revolução industrial traz em si uma tendência a automatização total das fábricas, seu nome vem, de acordo com Perasso (2016), de um projeto de estratégia de alta tecnologia do governo da Alemanha, produzido em 2013, com a finalidade de produzir de forma tendencialmente independente do trabalho vivo.

Ocorre a automatização através de sistemas ciberfísicos, possibilitados pela internet das coisas, conceito criado para a revolução tecnológica dos *itens interconectados*, todos aqueles itens usados no dia a dia que estão imersos na rede mundial de computadores (NETSCAN DIGITAL, 2014) e à computação na nuvem, que refere-se à utilização da memória e da capacidade de armazenamento e cálculo de computadores e servidores compartilhados e interligados por meio da Internet (COMPUTAÇÃO, 2017). Os sistemas ciberfísicos, que atrelam máquinas com processos digitais, tem a capacidade de tomar decisões descentralizadas e de cooperação entre eles e com humanos através da internet das coisas.

Essas transformações serão pivô da parte mais controversa dessa revolução, segundo (autor da net) ela pode acabar com cinco milhões de vagas de trabalho nos 15 países mais industrializados do mundo. A quarta revolução industrial vai afetar de forma avassaladora todas as dimensões da vida social.

2.4. Desperdícios da força de trabalho e desocupação

O capitalismo, em seu estado de crise estrutural na atualidade, produz um excedente populacional, que não encontra mais meios de sobrevivência por meio do trabalho. Baumam aborda que a modernidade, em seus primórdios, separava as nações em “centro” e “periferia”, “modernos” e “pré-modernos”, na medida em que o “centro” expulsava de seus países as pessoas que não se encaixavam no modo de vida moderno, que ele chama de “lixo”, para a periferia. Porém com a globalização, a modernidade atingiu todos os cantos do planeta e não foi mais possível esse escoamento.

Mas agora o planeta está cheio. Isso significa, entre outras coisas, que típicos processos modernos, como a construção da ordem e do progresso econômico, ocorrem por toda parte, e assim por toda parte o “refúgio humano” é produzido e germinado em quantidades sempre crescentes – agora porém, na ausência de “depósitos naturais” adequados para sua armazenagem e potencial reciclagem (BAUMAM, 2005, p. 88)

Baumam aponta que a nova situação do planeta, de totalidade dos espaços preenchidos pela modernidade, acarreta em duas consequências. Uma delas, é este bloqueio de locais que antes serviam para escoar esse “excedente humano”, e isso fez com que em todas as partes do

planeta sejam produzidas “pessoas redundantes”, essas agora permanecem “dentro”, lado a lado com os úteis. Dessa forma, para enfrentar o “problema do refugio” em sua nova configuração, são inventadas novas políticas.

As guerras e massacres tribais, assim como a proliferação de “exércitos guerrilheiros” (com frequência pouco mais que mal disfarçadas gangues) ocupados em dizimar uns aos outros, mas absorvendo e aniquilando nesse processo o “excedente populacional” (sobretudo jovens sem perspectiva de emprego em seus países e sem esperanças) – em suma, um “colonialismo regional” ou “imperialismo dos pobres” -, estão entre tais “soluções locais para problemas globais” que os “retardatários da modernidade” são forçados a empregar, ou melhor, descobrem já estar empregando. Centenas de milhares de pessoas são expulsas de seus lares, assassinadas ou forçadas a fugir o mais depressa possível para fora das fronteiras de seus países. (BAUMAM, 2005, p.92)

Desta maneira são produzidos os “refugiados”, que seria a segunda consequência da transformação ocorrida na modernidade através da globalização, que podem ser descritos como “milhões de migrantes que vagam por estadas que já foram trilhadas pela “população excedente” descarregada pelas estufas da modernidade” (BAUMAM, 2005, p. 94).

Os refugiados permanecem sem função útil na terra em que chegam e onde vão permanecer temporariamente, eles não tem um estado que os proteja ou que reivindique seus direitos e não há intenção de assimilar eles na sociedade, por meio de empregos. Baumam afirma que “Uma vez refugiado, sempre refugiado”, todos os caminhos que levam a terra que eles perderam foram interditas, e não há saídas para eles a não ser permanecerem nos campos.

Nada lhes é deixado senão os muros, o arame farpado, os portões vigiados, os guardas armados. Entre estes, eles definem sua identidade de refugiados – ou melhor, exercem seu direito a autodefinição. O ato de destinar ao lixo põe fim a diferenças, individualidades, idiossincrasias. O refugio não precisa de distinções requintadas e matizes sutis, a menos que seja marcado para a reciclagem. Mas as perspectivas dos refugiados de serem reciclados em membros legítimos e reconhecidos da sociedade humana são, para dizer o mínimo, reduzidas e muitíssimo remotas. (BAUMAM, 2005, p. 99)

Não tem como saber exatamente o número exato de refugiados espalhados pelo mundo, por causa da polêmica que se tem em torno do termo. Porém, de acordo com Baumam, os números mais aproximados são emitidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) nos relatórios anuais. Estes apresentam o número de indivíduos já reconhecidos como “refugiado” pela definição da ONU, que são, portanto, objeto de preocupação do Acnur. O relatório citado apontava 22,1 milhões, porém ele não

inclui os refugiados que estão sob cuidados de outras agências, nem os 4 milhões de refugiados palestinos e nem minorias perseguidas às quais se nega a cidadania. A proteção oferecida é temporária, os refugiados acabam enviados de volta aos países de origem ou remetidos para outros lugares. “Estar sob proteção” não significa “ser desejado” – e se faz o possível, e mais ainda, para evitar que os refugiados confundam as duas condições”. (BAUMAM, 2005, p. 100).

A condição de vida dos refugiados pode-se dizer que é análoga a das “pessoas redundantes” que não são expulsas de seu país de origem. As pessoas que moram em favelas também sofrem com a ausência do poder público na garantia de políticas públicas essenciais para o exercício da cidadania. Elas também vivem a incerteza de que vão garantir seus meios de sobrevivência, seus lares, devido a falta de empregos e políticas de proteção social.

2.5 Segregação sócio territorial em Juiz de Fora: um estudo sobre os moradores da Vila Olavo Costa

A crise, a qual abordamos, neste trabalho, afeta diretamente o espaço urbano como já foi dito. A população expulsa do mercado de trabalho, devido a automação do processo produtivo, ocupa os piores lugares na cidade. Sem acesso a renda, resta-lhe viver através de formas precarizadas de trabalho ou da assistência social como demonstra a tabela abaixo. Em Juiz de Fora, verifica-se que famílias inteiras vivem com menos de 1 salário mínimo e não tem acesso ao emprego formal.

Juiz de Fora é uma cidade de “porte médio”, que passa nos últimos tempos por um processo intenso de reorganização espacial, ocasionado pelo reordenamento nos modelos de uso e ocupação do solo urbano em algumas de suas regiões. Isto resulta em locais que se destacam pelo crescimento demográfico e alguns deles pelas aglomerações de população de baixa renda. O que vem contribuir para um aumento significativo da população de baixa renda, conseqüentemente elevando a desigualdade social na cidade.

Como pólo regional, Juiz de Fora exerce uma influência marcante sobre sua circunvizinhança. Isso pode ser visualizado na importância que o saldo migratório tem no crescimento demográfico da cidade, já historicamente registrado, particularmente debitado à atratividade que esta cidade exerce na região, uma vez que, entre os imigrantes, de acordo com a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), cerca de 88% são provenientes do sudeste mineiro e de áreas fluminenses próximas à divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, fortemente polarizada pela cidade. Este contingente populacional busca em Juiz de Fora uma solução para melhoria de qualidade de vida, principalmente após a “retomada” do crescimento industrial, como explicitamos linhas acima de maneira geral. Conseqüentemente, boa parte destes imigrantes não conseguem se estabelecer financeiramente, constituindo uma das

causas principais para o aumento do número de submoradias em Juiz de Fora. (CHAVES, 2011, p. 157).

A tabela abaixo apresenta os dados das famílias atendidas pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, da cidade de Juiz de Fora, com relação a inserção dos membros das famílias no mercado de trabalho e o acesso a renda. Os dados revelam a gravidade da situação do desemprego entre as famílias atendidas pela assistência social em Juiz de Fora. Em todas as regiões atendidas mais de 50% das famílias possuem membros em idade ativa desempregados.

A precariedade dos vínculos de trabalho também é evidenciada pelos dados, que apresentam que, em todas as regiões, mais de 50% das famílias possuem membros trabalhando no setor informal. Numa sociedade onde o acesso aos meios de viver é dado pelo acesso ao dinheiro, a situação em que se encontram as famílias pobres é muito precária, uma vez que, praticamente, 100% das famílias vivem com renda inferior a dois salários mínimos.

Quadro 1 – Acesso das famílias atendidas pela Assistência Social em Juiz de Fora ao trabalho e a renda

Fonte: (CLARET; CAMPOS, 2012)

Hoje, frente aos intensos processos de exclusão e segregação tanto social, quanto espacial, podemos enxergar o quanto é importante pensar os espaços e os territórios como

	Famílias com membros em idade ativa desocupados	Famílias com membros ocupados no setor informal	Famílias com membros ocupados no setor formal	Famílias com rendimento inferior a 1 salário mínimo	Famílias com rendimento inferior a 2 salários mínimos
CRAS Centro	54,5% (8.200 famílias)	60,6%	39,4%	79,8% (12.004 famílias)	98% (14.748 famílias)
CRAS Leste Linhares	70% (10.160 famílias)	61,2%	38,8%	80% (11.708 famílias)	98,7% (14.332 famílias)
CRAS Leste São Benedito	64,8% (4.996 famílias)	59,3%	40,7%	79% (6.100 famílias)	98,1% (7.568 famílias)
CRAS Nordeste Gramma	74,2% (5.692 famílias)	62,9%	37,1%	83% (6.100 famílias)	98,1% (7.528 famílias)
CRAS Norte Barbosa Lage	64,2% (6.752 famílias)	61,5%	38,5%	80% (8.452 famílias)	98,4% (10.348 famílias)
CRAS Norte Benfica	77,1% (7.728 famílias)	69,5%	30,5%	83% (8.368 famílias)	99,2% (9.944 famílias)
CRAS Norte Santa Cruz	72,4% (5.556 famílias)	62%	38%	80% (6.168 famílias)	98% (7.520 famílias)
CRAS Oeste São Pedro	72,3% (5.512 famílias)	60,3%	39,7%	81% (6.224 famílias)	98,5% (7.512 famílias)
CRAS Sudeste Costa Carvalho	69,7% (7.432 famílias)	64,9%	35,1%	81,3% (8.664 famílias)	98,3% (10.480 famílias)
CRAS Sudeste Olavo Costa	74,9% (3.652 famílias)	66,2%	33,8%	85,9% (4.188 famílias)	99,2% (4.836 famílias)
CRAS Sul Ipiranga	71,3% (11.292 famílias)	59,3%	40,7%	80% (12.740 famílias)	98,5% (15.600 famílias)

forma de compreender melhor as conflitualidades. Segundo Ribeiro (2006):

podemos antever que há uma conexão estreita entre as características das nossas cidades e o padrão de desigualdades prevalentes na sociedade brasileira, que se dá na vigência dos clássicos mecanismos da acumulação urbana, cujos fundamentos são as próprias desigualdades cristalizadas na ocupação do solo. Vários estudos já mostraram, com efeito, que a dinâmica urbana da cidade brasileira tem como base a apropriação privada de várias formas de renda urbana. (RIBEIRO, 2006, p. 2).

As formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço, se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural etc. Portanto, quando realizamos uma análise social das ocupações no espaço urbano, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos atores envolvidos. Os movimentos sociais contemporâneos em geral lutam contra o capitalismo, que aos poucos foi conquistando o espaço geográfico, e que através de suas diversas formas de poder explora, expropria e chega ao ponto de excluir classes inteiras. Nesse processo de exclusão e segregação cada vez mais a sociedade fica à mercê do sistema capitalista de produção. É neste sentido que nos deparamos com a pergunta: “É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características?” (MARICATO, 2001, p. 51). Para Lojkin (1997, p. 166), “a segregação é uma manifestação da renda fundiária urbana, um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes por sua vez determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho”.

Villaça (2001) nos mostra que uma das características mais evidentes nas cidades brasileiras é a segregação territorial das classes sociais em áreas diferentes da cidade. Ao andarmos pelas ruas, mesmo nas cidades pequenas, podemos perceber a diferença entre bairros, diferenças infra estruturais são as mais marcantes, alguns bairros possuem padrões de alto luxo, enquanto outros esgotos à céu aberto, falta de água, escolas precárias. “[...] a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole.” (VILLAÇA, 2001, p. 142).

A segregação, obviamente, é a consequência de vários problemas, em que o mais marcante é a desigualdade social. Os mais despossuídos são justamente os que moram nos lugares mais distantes, necessitam mais de transporte público, de saúde pública, sofrem com uma educação de baixa qualidade e por falta de infraestrutura desenvolvem mais problemas de saúde. A segregação sócio territorial também contribui para que as diferenças sejam fatores de preconceito entre uma classe e outra, ou seja, morar em um bairro tal pode ser motivo para

que as pessoas lá residentes sejam vítimas deste preconceito de classe, enfraquecendo as relações sociais, aumentando a intolerância, o contato entre classes. Crianças que são criadas em condomínios fechados podem nunca ter contato com bairros mais pobres e conseqüentemente com crianças mais pobres. Essa sensação de desigualdade também é um dos fatores que contribuem para o aumento da violência.

Lojikine (1997) identificou três tipos de segregação:

1. uma oposição entre o centro e a periferia;
2. uma separação cada vez mais acentuadas entre as áreas ocupadas pelas moradias das classes mais populares e aquelas ocupadas pelas classes mais privilegiadas;
3. uma separação entre as funções urbanas, que ficam contidas em zonas destinadas a funções específicas (comercial, industrial, residencial, etc.)

Segundo Villaça (2001), podemos perceber vários tipos de segregação: etnias, nacionalidades, classes sociais. Esta última é a que domina a estruturação das cidades brasileiras.

[...] os bairros das camadas de mais alta renda tendem a se segregar (os próprios bairros) numa mesma região geral da cidade, e não a se espalhar aleatoriamente por toda a cidade. [...] Se o principal móvel da segregação fosse a busca de posição social, do status, da proteção dos valores imobiliários, ou proximidade a 'iguais', bastaria haver a segregação por bairro[...]; uns ao norte, outros a oeste, outros a leste e outros ainda ao sul da metrópole. Isso não ocorre, porém. (VILLAÇA, 2001, p. 150).

Desta maneira, o município de Juiz de Fora não foge destas questões relacionadas à segregação sócio territorial, pois que nas décadas de 1970/1980 começou a intensificar o crescimento da cidade e as pessoas com baixa renda começaram a ocupá-la de maneira irregular. Neste sentido é que tomamos a Vila Olavo Costa como estudo de caso dentro do município.

Na segunda metade do século XIX, como também no início do século XX podemos dizer que Juiz de Fora começa a receber um contingente maior de proletários, que foi marcado em grande parte pela opressão e marginalização sócio espacial. Segundo Marinho (2005):

A partir dessas reflexões, afirma-se que a cidade e o urbano constituem “dois lados de uma mesma moeda”, ou seja, são ambos produto e condição do trabalho humano. Os indivíduos, com o seu trabalho, produzem o espaço urbano e, através da divisão técnica e social do trabalho, promovem estudos, Goiânia, v. 35, n. 2, p. 311-323, mar./abr. 2008. 318 relações e conflitos entre as pessoas na vida cotidiana,

estimulando o movimento e a produção desigual do espaço (MARINHO, 2005, p. 18).

Neste período, aqueles que detinham o poder na cidade tinham por finalidade estabelecer o que deveria ser o comportamento dos trabalhadores no meio urbano, ou seja, disciplinando-os, inclusive com força policial, de modo que seus hábitos não atrapalhassem a funcionamento da cidade. A elite propagava discursos de que os espaços públicos não poderiam ser depreciados por vícios e imoralidades, dentre as quais colocavam até mesmo festejos santos dos negros recém abolidos, pois que isso se caracterizava como desordem, malandragem, vadiagem, indisciplina, etc. Vejamos o trecho abaixo, retirado de um artigo publicado n'O Pharol em julho de 1888,

Perigam hoje seriamente a moralidade, a segurança individual, e mais do que tudo a propriedade particular. Está a cidade infestada de bêbados e de gatunos. Encontram-se a cada passo tombados pelas portas das tabernas, caídos pelas esquinas, homens e mulheres em miserável estado de embriagues, descompostos e quase nus, atirando aos ouvidos dos transeuntes um palavreado imprudente e asqueroso. Por outro lado, ocupam-se diariamente os jornais da terra registrar o aparecimento de portas arrombadas, fechaduras forçadas, roubos e mais roubos, um sem número de feitos ousados e gatunagem que saqueia a cidade (OLIVEIRA, 2010, p. 152).

O desejo de melhorar as condições de vida e permanecer na cidade foi marca forte da resistência daqueles que eram despossuídos das condições materiais necessárias à aquisição da propriedade. Oliveira afirma que é louvável a maneira contra-hegemônica dessa 'gente das classes inferiores', visto sua 'dimensão política importante, o que marca a construção de uma identidade de classe de Juiz de Fora'.

Como notou Tompson (1987^a: 61,62) 'o fatalismo, a ironia em face das homilias, do establishment, a tenacidade da auto preservação" possibilitarão aos indivíduos pobres e socialmente marginalizados conservarem certos valores –espontaneidade, capacidade para diversão e lealdade mutua – apesar das pressões inibidoras das classes conservadoras (OLIVEIRA, 2010, p. 235).

A questão do higienismo também aparece neste momento. Em dezembro de 1889 a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora SMCJF encaminhou à Câmara Municipal uma recomendação para a 'adoção de um plano de habitações higiênicas, adequadas aos minguados recursos dos operários e indigentes, situadas fora do centro da cidade', argumentava que:

a 'guerra dos cortiços' e a correção dos inconvenientes ligados ao local de suas construções' não deveriam ser feitas por medidas rigorosas e repressivas', mas sim procurando proporcionar ao operariado, no médio prazo 'habitações higiênicas e aluguel barato, uma vez que os indivíduos dessa classe procuravam aquela

modalidade de moradia coletiva ‘ como o único recurso adequado a suas parcas economias. (OLIVEIRA, 2010, p. 222)

À medida que a cidade começou a receber mais trabalhadores a situação habitacional se agravou, a área central começou a alocar cortiços, barracões e casas de cômodos densamente, habitações que serviam a população proletária. “Tanto o processo de segregação espacial pela via da formação dos bolsões periféricos, como também pela imagem de determinadas porções da cidade, são produtos de ações sociais dos sujeitos de cidade, mediante a renda” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 40 apud BAZAN, 2008, p. 320).

Mesmo na década de 1920, com a fundação de novas indústrias na cidade, a situação permanece a mesma, ou seja, apenas a elite tinha direito a cidade, a população pobre e proletária era renegada aos piores lugares. Esta elite ainda se valia dos aluguéis que cobravam dos proletários, aumentando ainda mais seus lucros. Na década de 1930, houve uma retomada do desenvolvimento da estrutura rodoviária da zona da mata, que apresentava sinais de decadência devido ao deslocamento de eixo da produção cafeeira da zona da mata para os vales do Rio Doce e Mucuri, fez com que o crescimento industrial da cidade ficasse limitado, o que ocasionou uma diminuição dos investimentos na região, some-se o deslocamento da lavoura cafeeira para São Paulo. Tais circunstâncias fez com que na década de 1940 a cidade começasse a entrar em decadência econômica, pois o setor industrial entrou em colapso. Todos estes fatores fizeram com que a situação da população mais pobre se agravasse, as pessoas começaram a perder seus empregos e estes começaram que já eram pobres, começaram a procurar saídas para solucionar seus problemas. Uma das saídas foi começar a ocupar áreas para fazerem suas moradias, o que agravou ainda mais a situação habitacional da cidade.

Nas décadas de 1960/1970, novas indústrias chegariam na cidade. Neste sentido, foi montado um parque industrial na zona norte da cidade, isto, sem sombra de dúvida, contribuiu para o começo da formação de favelas na cidade. A população das cidades que são polarizadas por Juiz de Fora começou a vislumbrar possibilidades de empregos nestas indústrias, com isso foram atraídas. Porém, algumas foram empregadas, outras não tiveram a mesma sorte e muitas tantas até conseguiram emprego no início, mas posteriormente foram mandadas embora. Desempregados, e assalariados com baixa renda, estes que vieram e os pobres que já estavam, foram formando a periferia da cidade, se alocavam como podiam, em barracos, loteamentos sem nenhuma infraestrutura, sem saneamento. Um verdadeiro caos urbano já havia se instalado na cidade. Era o início da favela, embora não possamos

estabelecer ao certo a data deste fenômeno. De acordo com Abreu (2010, p. 149), em Juiz de Fora “convive-se ao mesmo tempo com a existência e a ocultação do fenômeno favela. No entanto, como apontam as fontes da imprensa local divulgadas por Abreu (2009, p. 151) “é na década de 60 que as favelas ganham expressão significativa no espaço urbano, apesar de não ser possível definir o período exato de surgimento das favelas em Juiz de Fora”.

Em 1961 o jornalista Ismair Zagueto mostra aos cidadãos juiz-foranos quão desumanas eram as condições de vida dos moradores de algumas favelas da periferia da cidade:

Pode o cidadão acostumado a pensar que tudo são flores na “Manchester”, (...) mas ficará boquiaberto se der um giro pelos arredores e presenciar a miséria e a dor que predominam nos bairros pobres ... qualquer animal de estimação, em qualquer casa na classe média, tem uma existência melhor do que muitos dos pobres favelados. (DIÁRIO DA TARDE, 1961 apud ABREU, 2010. p. 152).

O medo da elite local frente à expansão das favelas fez surgir uma certa intolerância em relação à essa população, não obstante esta mesma população servisse de manobra para seus lucros. Itamar Franco, prefeito à época (1967-1970), considerou como medida a imediata destruição de barcos que começassem a ser construídos e aos que já estavam outro lugar deveria ser procurado para moradia.

Abaixo segue um trecho retirado da pesquisa de Abreu (2009, p.162), em que aparecem alguns dados sobre o processo de favelização na cidade

Segundo gráficos oficiais [...] a incidência de favelas registra-se nos seguintes bairros e subúrbios: Sítio do Stopa (cinquenta barracos), Várzea Carlos Barboza (cem barracos), Margem do Paraibuna (setenta e um), Vila Marumbi (dezoito), Linhares (cinquenta e seis), Estrada São Pedro (vinte), Vila Santa Rita (cinquenta), Serrinha (quarenta e cinco), Teixeiras (vinte e dois), Boa Vista (vinte e três), Vila Olavo Costa (duzentos e oitenta), Vila São Benedito (cinquenta), C.A.S.C. (sessenta). [...] Todos estes núcleos urbanos caracterizados como pólos de subresidências são responsáveis pelo abrigo de 3.380 favelados (cerca de 845 famílias) em mais de 800 barracos. (DIÁRIO DA TARDE, 1972 apud ABREU 2009, p. 162.).

"A noção de localização dentro das relações de classe situa os indivíduos em relação aos poderes e recursos produtivos que são importantes na estruturação de padrões de interação social" (SANTOS, 2002, p. 67). Neste sentido, percebemos que as favelas em Juiz de Fora começavam a ganhar visibilidade e começavam a exigir do poder público investimentos em políticas sociais, serviços e redes públicas. Porém, as medidas que foram sendo tomadas, em geral, contrariavam os interesses da população que foi sendo novamente

desterritorializada, jogada em locais ainda sem nenhuma infraestrutura. Em 1977 um fato chama atenção: neste ano, moradores do bairro Ladeira na Zona Leste da cidade foram removidos com a promessa de que seriam direcionados à lotes urbanizados, fato é que ficaram em estábulos por mais de um ano até serem despejados na Vila Olavo Costa (ABREU, 2009).

O que percebemos é que todas as medidas tomadas pelo poder público para que as famílias fossem removidas para outras áreas, de modo a higienizar o centro urbano, fez com que a mesma lógica de favela fosse novamente instaurada em outro lugar, visto que não adiantava somente remover as famílias, o que elas necessitavam era melhores condições de empregos e salários dignos. Desta forma, ficava claro cada vez mais a segregação sócio territorial: “A segregação dos pobres urbanos ficava clara nas propostas do governo de Mello Reis, que buscava um lugar que fosse adequado aos mesmos” (ABREU, 2009). Foi na gestão deste prefeito (final da década de 1970), que houve mais remoções, o prefeito declarou “operação de guerra contra os pobres, expulsando-os de toda área que fosse passível de valorização” (ABREU 2010, p. 146).

Nas décadas de 1980/ 1990 começaram a cessar estas remoções. Mesmo assim, o problema da habitação continuou como um problema grave, o que ocasionou por parte da prefeitura a concessão da regularização da propriedade da terra e da moradia. Embora esta regularização fundiária não absorveu a maioria. Os dados apontam que “em 2000, haviam 8.270 habitações classificadas como submoradias distribuídas em 80 áreas de especial interesse social - AEIS - na cidade de Juiz de Fora. Em 2006, esse número de habitações cresceu para 13.262, tendo um crescimento de 62% e o número de AEIS subiu para 140. De acordo com o Atlas Social de Juiz de Fora, houve um aumento nas seguintes áreas: a oeste cresceu 23%, a área central cresceu 212% e a nordeste cresceu 147%. ” (ABREU, 2010, p 163). Todas as tentativas de remoção feitas pelo poder público não trouxeram mudanças significativas para que se resolva a questão da segregação sócio territorial na cidade. Percebemos que na maior parte dos casos o que queriam era esconder a favela e não tirar estas pessoas das condições desumanas. O estudo de Maricato sobre a questão é revelado em suas próprias palavras:

[...] os paradigmas que marcam a sociedade brasileira – profunda desigualdade e exclusão social; cidadania restrita a uma minoria; relações sociais no favor, no clientelismo e, portanto, no privilégio; penetração da esfera pública na esfera privada e vice-versa; atribuição de poder baseada no patrimonialismo; concentração do mercado, da propriedade e do poder; dependência externa – explicitam-se muito claramente na produção e apropriação desigual do espaço urbano dos anos 90. O

modo arcaico de governar, concentrando os investimentos nas áreas valorizadas pelo mercado imobiliário e nas áreas de moradias de rendas mais altas, é predominante. (MARICATO, 1997, p. 53)

Desde o início da formação territorial de Juiz de Fora, a população de classe econômica mais baixa garantia suas condições materiais sendo empregadas nas atividades do comércio e na construção civil. Segundo Souza (2009), “eles também se configuravam como força de trabalho acessória e ocasional para a economia agrícola escravista, como elementos de controle dos plantéis de escravos, tropeiros, carroceiros, carreiros e boiadeiros”. Era também evidente o interesse das elites em alocar a pobreza nos lugares mais distantes do centro. A cidade, visto sua localização estratégica dentro de Minas Gerais, a partir da década de 1850 começou a se destacar por sua modernização, isto foi proporcionado pelos fazendeiros e posteriormente pelos industriais, chegando a ser considerada a “Manchester Mineira” visto o seu potencial industrial, o que proporcionou vários investimentos infra-estruturais, tais como a rodovia União Indústria e a estrada de ferro Dom Pedro II.

Já no início do século XX, Juiz de Fora possuía 58 indústrias que fomentaram a dinâmica da infra-estrutura urbana, `... O período industrial dividiu-se em 2 momentos: o primeiro foi a implantação de pequenas unidades industriais e o segundo o estabelecimento de indústrias de grande porte, que exigiram pesados investimentos de capital e aplicação de tecnologia. (BARRETO, 2010, p. 29).

Se por um lado Juiz de Fora pode se tornar, tal como a Manchester inglesa, a cidade mineira pioneira em termos de um sistema viário moderno e de uma estrutura industrial, as similaridades (...) não cessaram aí. A urbanização trouxe consigo a sua contrapartida em termos sociais, que foram o caos urbano, a insalubridade, a marginalização e a manutenção de setores empobrecidos em situações mínimas de sobrevivência *sine qua non* a garantia da expansão do mercado formal assalariado (e para reprodução ampliada do capital) (MIRANDA, 1990 apud OLIVEIRA, 2010, p. 217)

Hoje, a cidade de Juiz de Fora apresenta características parecidas com aquelas existentes em cidades de porte médio, ou seja, aumento de áreas de concentração de moradias precárias, crescimento demográfico e inserção econômica no setor terciário dentro do capitalismo flexível (SILVA, 2007; MACHADO, 2008).

(...) são nós, centros de região, conformando um sistema de cidades e atuam como concentradoras de atividades econômicas e sociais. Além disso, têm apresentado relativo protagonismo na participação do crescimento populacional urbano e, portanto, no processo de urbanização por que passa o mundo e também o Brasil. Diante das transformações ditadas pelo sistema econômico capitalista, tais cidades acumulam funções especiais e concentram atividades ligadas principalmente ao setor terciário (SILVA, 2007, p. 59).

Em 2006, O Centro de Pesquisas Sociais/UFJF cadastrou 144 áreas como aglomerados subnormais, 82 têm mais de 50 domicílios, o que do ponto de vista do IBGE se enquadra na definição de favela. Mesmo que a falta de infraestrutura não esteja presente em todas as áreas, a maioria não possui terra regular nessas localidades com mais de 50 domicílios.

Ao olharmos para a história de Juiz de Fora, percebemos que a maioria das pessoas que se mudaram para a cidade são provenientes de pequenas cidades do interior de Minas Gerais, principalmente da Zona da Mata, que migraram em busca de melhores condições de vida. Porém, quando aqui chegaram foram se instalar nas encostas das montanhas ou nas margens do rio Paraibuna, formando com o tempo bolsões de pobreza. Estes bolsões possuem inúmeros problemas, como, por exemplo, o do alto índice de violência. A malha urbana de Juiz de Fora passou por inúmeras mudanças ao longo desses anos e hoje o que percebemos é a evidente segregação sócio territorial, em que contrastam condomínios fechados de alto luxo, de um lado, e favelas com moradias extremamente precárias e sem infraestrutura, de outro.

O poder público tem por dever garantir uma boa infraestrutura na área urbana da cidade. Em Juiz de Fora foi promulgada uma lei em 1986 que tinha por objetivo resolver os problemas relacionados à infraestrutura. Neste sentido, a lei 6908/86 visava em sua matéria, disciplinar o parcelamento do solo na cidade, porém, a população carente devido às suas condições sócio econômicas não foi alcançada por ela e a única alternativa para o acesso à terra foram os assentamentos clandestinos com ocupações irregulares, caracterizando-se em moradias subnormais, o que, na maior parte dos casos, o poder público fecha os olhos.

Também em 1986 para solucionar o problema do déficit habitacional na cidade, tirar as pessoas das zonas de risco, foi criada a Coordenadoria de Regularização de Parcelamentos – CORE – (do decreto nº 3598 de 21 de agosto de 1986). Foi a experiência na Vila Olavo Costa que estimulou a criação da CORE, pois lá foram transmitidos através de doação, vários lotes àqueles que já ocupavam os terrenos. A Vila Olavo Costa é a primeira área que na cidade se caracteriza como favela. Está localizada no sudeste da cidade e foi assim batizada em homenagem ao prefeito Sérgio Olavo Costa (1951-1954; 1959-1962). As condições habitacionais dos moradores da Vila e região devem ser destacadas. Kowarick (2009) observa que a moradia é:

um componente vital na determinação do padrão de vida urbana, a moradia. Ela deve ser ressaltada devido a precariedade de boa parcela das habitações e porque inexistem políticas habitacionais massivas voltadas para a população de baixa renda.

(Instituto de Cidadania, 2000). Refiro-me particularmente às favelas – entendidas como a ocupação da terra alheia, pública ou privada, cujas unidades habitacionais, barracos de madeira, ou casas de alvenaria, estão presentes em boa parte das cidades médias e grandes do Brasil, muitas situadas em zonas insalubres ou em áreas de risco. (KOWARICK, 2009, p. 88).

A Vila O.C. começou a se formar na década de 1950, suas primeiras ocupações coincidem com o período do desenvolvimentismo não é à toa. Foi nesse período que se intensificou o êxodo rural no Brasil, a população campesina por ter sido praticamente expulsa do campo por conta do início do agronegócio e expansão da fronteira agrícola, viu na cidade um lugar de asilo para que pudessem ter a oportunidade de melhorar suas condições materiais. É neste contexto que os primeiros moradores da Vila O. C. se inserem.

... para construir seu barraco [...] E de permissão em permissão, surgiu a Vila do Olavo, depois oficializada como Vila Olavo Costa [...] Casebres amontoados morro acima, de madeira, lata e até papelão. Crianças convivendo diariamente com as mais diversas espécies de verminoses e em contato direto com a falta de higiene, peculiar aos lugares onde a água é objeto de luxo [...] a Vila fica distante do bairro Bom Pastor, um dos mais requintados de Juiz de Fora, apenas cem metros. De um lado a riqueza, a tranquilidade, a quase certeza de um bom dia de amanhã. Do outro todos os contrastes, com a certeza de um dia sem amanhã (DIÁRIO MERCANTIL, 1973 apud ABREU, 2010).

Em conversas com moradores mais antigos da Vila O. C. que estavam presentes no processo de ocupação, procurou-se perceber como os moradores ao se apropriarem das terras encontraram saídas para conviver com a falta de infraestrutura e quais foram as dificuldades que encontraram em todo o processo. Neste caminho, foi confirmado que a maioria dos moradores são provenientes de cidades ao redor de Juiz de Fora. A maioria realmente veio a procura de trabalho e melhores condições de vida. De acordo com as pessoas que conversamos, o prefeito Olavo Costa concedeu terras no local para os que precisavam de construir suas moradias, inclusive o prefeito também doou para alguns moradores o material de construção. Porém, relataram que por falta de condições para construir moradias, alguns se submeteram até mesmo a morar na rua.

Hoje a Vila Olavo Costa se caracteriza como um dos bairros mais carentes de Juiz de Fora, a população residente neste local sofre inúmeras desigualdades, principalmente no que se refere à moradia. Neste sentido, a situação vivida por seus moradores reflete o que a sociedade capitalista propicia, ou seja, vulnerabilidade social, pobreza monetária, exclusão aos direitos básicos, como saúde, educação, cultura, lazer, o que implica em um alto índice de violência e uso de drogas. É evidente a falta de uma infraestrutura adequada e a alimentação

escassa, o que proporciona um índice de mortalidade bem elevado, sendo considerada a área mais carente de Juiz de Fora (ABREU, 2010 apud ROCHA 2015).

A Região Urbana Vila Olavo Costa pertence à Região de Planejamento (RP) Loudes, com densidade populacional mais alta dos bairros que compõem a RP, com 145,76 hab./ ha (PDDU, 2000). O local é predominantemente residencial, com índices superiores a 84% de abastecimento de água, rede coletora de esgoto e lixo, e com taxa de 42% de alfabetização. Na RU, a média da renda familiar são 2 salários mínimos, realidade esta de 88,92% dos moradores. Em 1999, ano do último levantamento oficial da Prefeitura de Juiz de Fora e citada no Plano Diretor da cidade, havia 401 famílias morando em áreas subnormais. (ROCHA, 2015, p. 57).

2.6 CRAS-Vila Olavo Costa e assistência social em tempos de crise:

O Centro de Referência de Assistência social- CRAS, fica localizado no centro da Vila Olavo Costa, cerca de 6 Km do centro da cidade. Os bairros referenciados por este CRAS são: Furtado de Menezes, Guaruá, Olavo Costa, Solidariedade, Vila Ideal e Vila Ozanan. Furtado de Menezes tem 195 domicílios, Guaruá 25, Olavo Costa tem 421, Solidariedade tem 65, Vila Ideal 425 e Vila Ozanan 88. Totalizando 1219 domicílios. Todos estes bairros possuem famílias em situação de vulnerabilidade social e pobreza, de acordo com o Mapa Social de Juiz de Fora (ano)

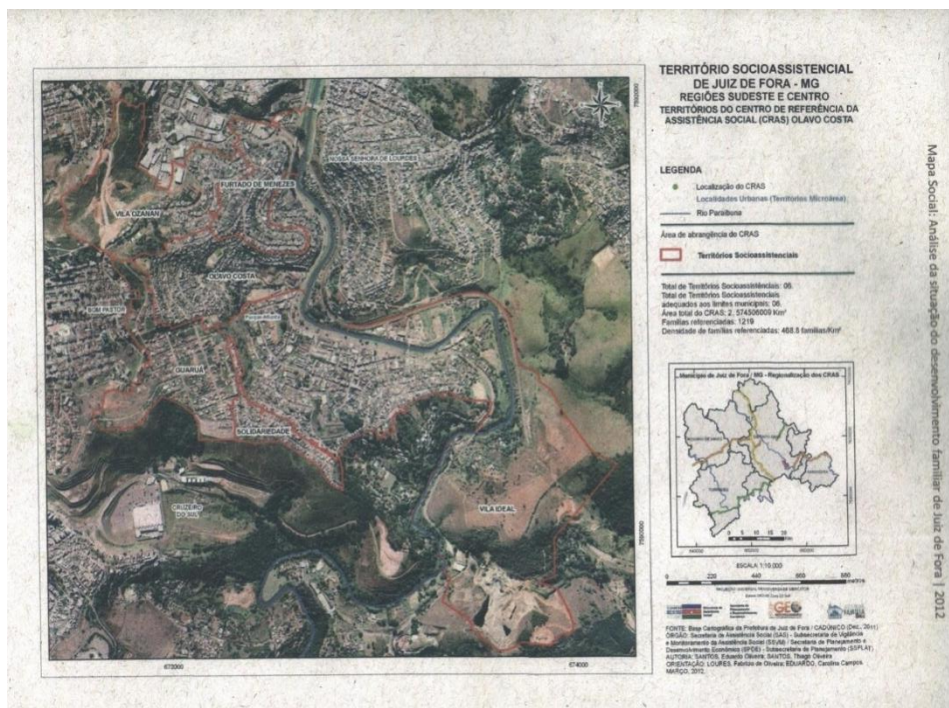


Figura 1 Mapa da Vila Olavo Costa e bairros de abrangência do CRAS -Vila Olavo Costa

Fonte: (CLARET; HORTA, 2012)

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social PNAS é definido como: “unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e Distrito federal. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias á rede de proteção social de assistência social.”

Este equipamento, atualmente, está inserido por determinação da Política Nacional de Assistência Social- PNAS (2004) em todos os territórios que concentram famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Isto quer dizer que áreas como a Vila Olavo Costa onde a população moradora vivencia de forma intensa as expressões da questão social o CRAS implementa os serviços e benefícios da proteção social básica. Este tipo de proteção, de acordo com a política, tem o papel de prevenir situações de violação de direitos e assegurar os direitos sociais dos usuários da Política de Assistência Social.

As famílias da Vila Olavo Costa e dos bairros de abrangência do CRAS se encontram em vulnerabilidade social não só pela pobreza monetária, mas pela fragilidade do acesso dos moradores aos direitos e políticas sociais como a saúde, a educação, a cultura, a informação, ao trabalho, ou seja, pela fragilidade, ou até mesmo a ausência do Estado na garantia desses direitos à população. Vivem em condições precárias de moradia, e convivem com o cotidiano de violência urbana e do tráfico de drogas.

No que diz respeito ao gênero da população referenciada pelo CRAS Sudeste Olavo Costa, observa-se que 58,6% são do sexo feminino e 41, 4% masculino. Este dado mostra como o número de famílias chefiadas por mulher entre a população pobre no país aumentou e como a questão do gênero está relacionada com a pobreza.

A Vila Olavo Costa e os bairros da região sudeste II de Juiz de Fora, evidencia que a pobreza é um fenômeno multidimensional. Além da dimensão monetária, que diz respeito ao acesso à riqueza socialmente produzida, a pobreza é um fenômeno relacionado com carências no âmbito cultural e, também, espiritual no que tange às possibilidades e esperanças (MARTINS, 1991 apud YASBEC, 2001).

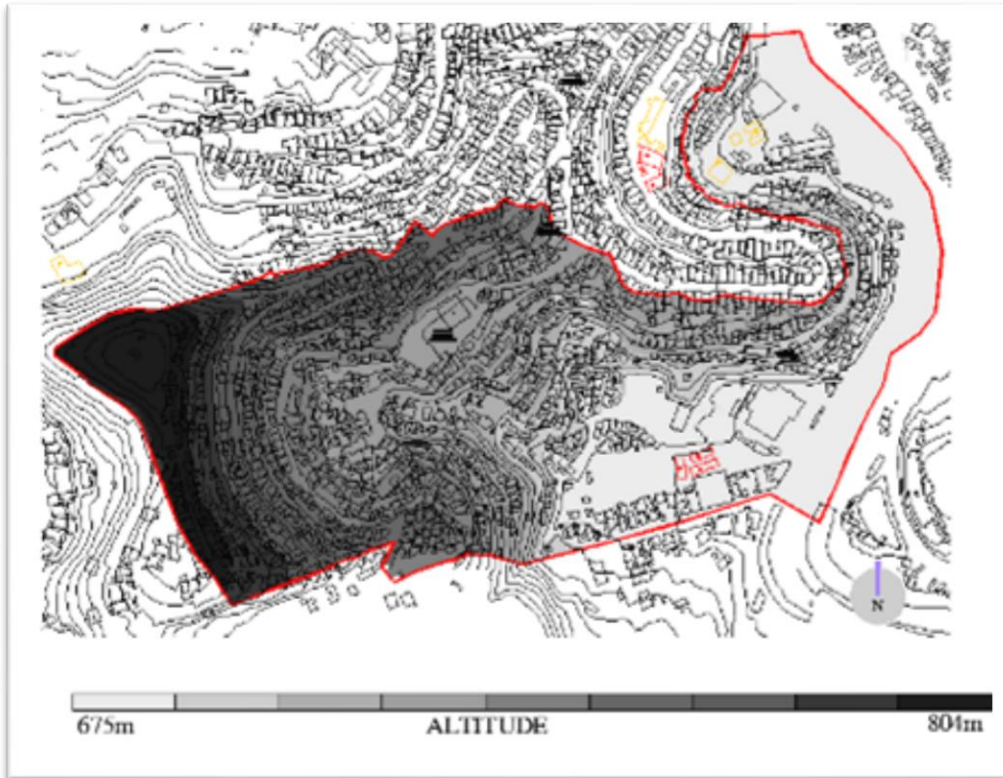


Figura 2 Região Urbana Vila Olavo Costa - Topografia

Fonte: (IBGE, 2010 - modificado pela autora).

Sobre o acesso à educação, os dados indicam que 6,1% das famílias possuem a presença de analfabetos e, 26,5% das famílias apresentam adultos analfabetos funcionais. Em relação ao ensino fundamental completo, 51,8% famílias não têm nenhum adulto com essa escolaridade e, em 76,9% , não há nenhum adulto que completou o ensino secundário. Apenas 3,6% das famílias tem a presença de, pelo menos, um adulto com ensino superior completo.

Outra face da pobreza, diz respeito à condição de subalternidade imposta a esta população pobre e miserável no Brasil. Ela se evidencia na falta de protagonismo, de participação nas tomadas de decisão e expressa a condição de dominação e exploração. Como afirma Yasbec (2001, p. 34) “pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois, como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência etc.), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade”.

2.7 População da favela e formas de inserção no mercado de trabalho

Os dados sobre inserção no mercado de trabalho dos moradores da região estudada, apontam que 35,30% não trabalham; 26,22% são autônomos sem previdência social; 8,48% são autônomos com previdência social; 1,70% são assalariados sem carteira assinada; 16,04% são assalariados com carteira de trabalho e 4,87% são aposentados ou pensionistas. Este resultado indica o elevado vínculo dos moradores com o trabalho urbano precarizado.

O mapa social de Juiz de Fora, elaborado no final de 2011, curiosamente não possui um levantamento étnico dos bairros de abrangência do CRAS. Apesar da relevância que esta informação tem para a reflexão da situação social dos negros no Brasil. Buscamos no levantamento étnico da população da Vila Olavo Costa, divulgado pela defesa civil, demonstra que 25,9 % dos moradores são brancos e 74,1%, pretos ou pardos (Barreto, 2010, p.186). Conforme o IBGE, o grupo dos negros é constituído pela soma dos pretos e pardos. Estes indicadores apontam que a maioria dos moradores é constituída por negros. Este dado confirma a situação dos negros pobres na cidade descrita por Barreto (2010), sobram para estes sempre os piores lugares na sociedade, seja no mercado de trabalho ou nos locais de moradia, marcas da escravidão, da discriminação racial e da histórica ausência de políticas especificamente voltadas para inclusão social dos afrodescendentes.

Os dados sobre habitação apontam a precariedade das condições habitacionais e a instabilidade que os moradores vivenciam por não terem título de propriedade dos terrenos que ocupam. A maioria não tem domicílio próprio, 61% das famílias. Observa-se, ainda que 58% famílias em domicílios cedido ou invadido.

Outro fator que gera instabilidade e desconforto é o dado acerca do material utilizado para a construção das casas: 1% das casas não foram construídas com materiais permanentes. No período de chuvas, são nestas casas que ocorrem os desabamentos.

Com relação à infraestrutura básica, 2,8% das famílias não têm acesso adequado à água; 1,1% não têm acesso adequado ao esgotamento; 0,7% não tem lixo coletado e 2,1% não têm acesso à eletricidade. Apesar de baixos, os índices indicam que ainda não foi

universalizado o acesso aos serviços e equipamentos de infraestrutura básica indispensáveis à vida nas cidades..

Sobre a densidade de indivíduos por moradia, o levantamento apontou que 97% das famílias têm até 2 moradores por cômodo. Trata-se de uma elevada densidade. Os indicadores sociais da região da Vila Olavo Costa revelam a condição de pobreza desta população em sua totalidade.

Consequentemente, com a redução de financiamentos nas moradas populares, o poder público da cidade tem a chance de esconder tais moradias irregulares e contingenciais periféricas, tomadas por pessoas simples e humildes desprovidas de assistências e ações políticas incapazes de legitimarem e regularizarem suas condições, primando pelas classes altas e médias ocupando-as nas zonas “nobres” e centrais consequentemente de área mais valorizada e bem assistida. Nesta conjuntura, podemos identificar a constante priorização dos poderes e da política pública em favor dos mais afortunados em relação à questão do espaço urbano, recebendo as demandas e os interesses do capital imobiliário capaz de investir e hipervalorizar as zonas de maior visibilidade, fluxo e atração da cidade.

Pode-se observar, portanto, a existência explícita da favela Vila Olavo Costa, bem como outras que neste momento não foram contempladas nesta análise, mas que retrata como estas são produtos do descaso de políticas adequadas à crescente demanda da população de baixa renda. Aqui trouxemos a luz a gravidade da vida dos subalternos sociais negligenciados desde sempre. As medidas tomadas pelos agentes responsáveis pelas medidas territoriais surtiram efeito paradoxalmente contrário ao que desejava a população da Vila O.C; ou seja, estas pessoas tornaram-se imperceptíveis aos olhos humanos, invisibilizados na sociedade e na cidade em que “habitam”, bem como inexistentes territorialmente para os poderes públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a contribuir com o debate da crise atual do modelo de organização não só da produção, mas da vida social como um todo. Assim, nos limites desse trabalho, iniciamos apresentando os fundamentos e as bases contraditórias nas quais o capitalismo se apoia. São estes mesmos que explicam o fenômeno da pobreza e das desigualdades sociais na atualidade. Desta forma uma consideração importante a se fazer é que capitalismo, desigualdade social e pobreza caminham juntos, ou seja, é impossível reformar o capitalismo para torná-lo mais humano e acabar com a pobreza. A “racionalidade” deste sistema consiste em atender os interesses ingovernáveis do capital, uma vez que se tornou um autômato voraz na destruição de recursos naturais e da própria vida humana, por meio de guerras e da destruição dos postos de trabalho, o meio mais importante de sobrevivência de grande parte da população.

A crise atual nos coloca diante de questões profundas e complexas sobre o futuro da vida da maior parte da população mundial, que é a população que depende do trabalho para sobreviver. Temos que refletir sobre as novas formas de expressão das desigualdades sociais, a população supérflua aos interesses de acumulação do capital cresce a cada dia mais, minando a capacidade de luta da população por sua sobrevivência, quanto mais a capacidade de luta por uma transformação da ordem social. Como fica a questão da consciência da classe trabalhadora neste cenário de diferenciação das condições de vida da população que depende da venda da força de trabalho para sobreviver? Se, conforme o marxismo, somente o proletariado tem condições de transformar a ordem social, em que consiste o proletariado hoje, com o crescimento do trabalho informal, precarizado, o desemprego estrutural e a desocupação em massa? São questões que se colocam na atualidade de forma contundente. A classe trabalhadora pelas condições objetivas em que é posta na atualidade vem apresentando muita dificuldade de se reconhecer enquanto classe capaz de transformar a ordem social. É imprescindível para estudos que se preocupam com a transformação da ordem social considerar as novas investidas de dominação do capital e as transformações que estas causam na sociedade. Como imaginar que as lutas sindicais por melhores salários dos trabalhadores organizados vão fazer frente a essa dominação se a maioria da população está fora da esfera produtiva? Enfim, são questionamentos que não se esgotam na elaboração deste trabalho, permanecem como indagações que se preocupam com a transformação do real reconhecendo as tendências destrutivas do modo de organização da vida e da produção capitalista.

Neste sentido, este trabalho foi produzido, ressaltando a segregação do espaço urbano que é onde se reflete a desigualdade da apropriação da riqueza socialmente produzida e também do acesso a moradia digna e onde se encontram concentrados os excluídos da esfera produtiva. É notório na pesquisa realizada que o “desenvolvimento” não atinge a todos. A chegada das indústrias na cidade de Juiz de Fora trouxe vários problemas para a população pobre da cidade, como o emprego incerto, a tentativa do poder público sempre de esconder da paisagem urbana suas moradias, a violência e todos os intercalços de viver como excluídos na cidade.

Os dados sobre acesso a renda e trabalho confirmam a hipótese deste estudo sobre o aumento das favelas. Em uma sociedade onde impera o desemprego e ausência de políticas públicas como educação, saúde, acesso a riqueza, vão se constituindo espaços no território onde a população tende a viver abandonada pelo poder público e pela sociedade. A Vila Olavo Costa é reconhecida por ser um local de alto índice de violência na cidade. Tomando a Vila como exemplo, neste contexto é notório o aumento da violência, que é naturalizada pelo senso comum, como se fosse um problema moral dos seres humanos, desconsiderando todo um contexto que produz este cenário de pobreza e violência, legitimando o recrudescimento da função penal de criminalização da pobreza por parte do Estado.

Concluimos este trabalho com mais indagações e incertezas do que conclusões, mas o momento atual nos coloca diante desta situação. Mais do que nunca, diante das tendências sombrias que se projetam para o futuro, é necessário trabalhar arduamente para compreender o presente.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. S. de. *Favela e Remoção em Juiz de Fora: Um estudo da Vila da Prata*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009, 112f.

ABREU, C. S. de. *Favelas em Juiz de Fora: a ocultação do fenômeno*. Revista da Faculdade de Serviço Social, UFJF. Ed. Libertas. Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 146-170, jul. 2010.

AMORIM, D. de. *O desemprego no Brasil a partir da década de 1970: uma análise na perspectiva do sistema-mundo*. Santa Catarina: Repositório Institucional, 2005. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121866>>. Acesso em 10 de Ago. 2015.

ANTUNES, R.. Trabalho e Precarização Numa Ordem Neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. *A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.

BARRETO, A. C. de J. *O lugar dos negros pobres na cidade: Um estudo da área e risco do bairro Dom Bosco*. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 10, p 188–215, jul. 2010.

BAUMAM, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

BAZAN, J. *Cidade e Segregação: vicissitudes e contradições do espaço contemporâneo*. Ed. Estudos, Goiânia, v. 35, n. 2, p. 311-323, 2008.

BELLUZZO, L. G. M. *Valor e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

BEZERRA, A. L. S. *A crise estrutural do capital e o caráter explosivo do fenômeno do desemprego na atualidade*. Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/jornada_eixo_2011/transformacoes_no_mundo_do_trabalho/a_crise_estrutural_do_capital_e_o_carater_explosivo_do_fenomeno_do_desemprego_na_atualidade.pdf. Acesso em 17 de Jul. 2015.

BRASIL. *Política Nacional De Assistência Social*. Ministério do desenvolvimento social e Combate à fome. Secretaria Nacional de assistência Social.

BRITO, F. Chamemos a coisa pelo nome: pilhagem, rapinagem, espoliação! *Blog da Boitempo*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/12/02/chamemos-a-coisa-pelo-nome-pilhagem-rapinagem-espoliacao/>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

CAMARGO, J. M.; CORSI, F. L.; VIEIRA, R. L. *Crise do capitalismo: questões internacionais e nacionais*. São Paulo, Ed. Cultura Acadêmica. Marília, 2011.

CÁRIO, S. A. F. et al. *Discutindo a Tendência Declinante da Taxa de Lucro em Marx*. Florianópolis, Textos de Economia, v. 2, n. 1, p. 24-40, 1987.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis, Editora Vozes, 2008.

CESAR, Cláudia. Um panorama dos programas habitacionais no município de Juiz de Fora. <http://www.ufjf.br/nugea/files/2013/03/CLAUDIA-VARGAS.pdf>

CHAVES, T. S. *Estudo de caso: a cidade de Juiz de Fora MG, sua centralidade e problemas socioeconômicos*. Juiz de Fora, Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino, v. 2, n. 1, p. 155-170, 2012.

CLARET, T.A.M ; HORTA, T. A. C. *Mapa social: análise da situação do desenvolvimento familiar em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Funalfa, 1. ed. v. 01, 2012. 376 p.

COMPUTAÇÃO em nuvem. In: *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Wikimedia, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Computa%C3%A7%C3%A3o_em_nuvem> Acesso em: 01 mar. 2017.

DIAS, M. N. A. D. *Os limites do Programa Bolsa Família*. Tese de Doutorado em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. 203 f.

DUPAS, G. *A lógica da economia global e a exclusão social*. São Paulo: Estudos Avançados, v. 12, n. 34, p. 121-159, 1998.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio e Interpretação sociológica* (1975). Editora Globo, 2006.

FORTI, V.; GUERRA Y. *Ética e economia: fundamentos para a discussão de direitos*. Ética e direitos: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Editora Lumem Júris, 2009.

FREITAS, Y. Quarta revolução industrial vai acabar com o mercado de trabalho como conhecemos. *JC Online*. Recife, 2016. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/concurso-e-emprego/noticia/2016/01/25/quarta-revolucao-industrial-vai-acabar-com-o-mercado-de-trabalho-como-conhecemos-218419.php>> Acesso em: 01 mar. 2016.

GOMEZ, A. V.; BLANK, J. *Crítica das forças produtivas: guerra, destruição ecológica e criação do mundo pós-natural*. Revista Em Pauta, n. 29, p. 49-64, 2012.

GONÇALVES, S. N. “*Maquinarias do pensamento*”: o conhecimento socialmente produzido e a crise capitalista contemporânea. Rio de Janeiro: Revista Em Pauta, v. 11, n. 31, 2013.

GUERRA, E. C. *Questão urbana e ambiental em tempos de crise do capital: configurações e particularidades no Brasil contemporâneo*. Universidade Federal do rio Grande do Norte (UFRN). São Luis: Número Especial, p-257-267, jul. 2014.

IAMAMOTO, M. V. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I. et al. *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Editora Cortez, 2008a

IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Ed. Cortez, 2008b.

IAMAMOTO, M. V. *A questão social no capitalismo*. Revista Libertas. Rio de Janeiro, jan. 2009.

IBGE. *Aglomerados subnormais: Informações territoriais*. IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em 1 de out. de 2016.

JAPPE, A. *As aventuras da mercadoria: Para uma nova crítica do valor*. Antígona, 2006.

JUIZ DE FORA, Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Consulta Anuários Estatísticos 2006, 2007, 2008, 2009**. Juiz de Fora, 2005. Disponível em: <http://www.spge.pjf.mg.gov.br/anuario.php> Acessado em 13 de out. de 2016.

KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. Editora 34, 2009.

KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Paz e Terra, 1999.

LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, P. J. de O. *A contagem da população 2007 e a demografia da microrregião de Juiz de Fora*. Virtú, Juiz de Fora, abr. 2008.

MAGALHÃES, A. F. *O direito da favela no contexto pós-Programa Favela-Bairro: uma recolocação do debate a respeito do 'Direito de Pasárgada'*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, 2010.

MARICATO, E. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARINHO, C. *Metrópole construindo paisagens lugares e valores*. Goiânia: Deescubra, 2005.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril, 1984.

MELLO, L. de M. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 4. Ed., 2004.

MENEGAT, E. *A periferia é o limite*. Cadernos metrópole, n. 13, p. 107-132, 2005

MENEGAT, E. *Crise urbana na atualidade: indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais*. Buenos Aires: Clacso, 2009.

MENEGAT, M. *Estudos sobre ruínas*. Instituto Carioca de Criminologia Crítica. Rio de Janeiro, 2012

MESZÁROS, I. *Para além do capital rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. Valorização do espaço. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: Gasperr, 2001.

MOTA, A. E. Questão social e serviço social: um debate necessário. In: *O mito da Assistência social: ensaios sobre política e sociedade*. São Paulo: Ed. Cortez, 2009, 3. Ed.

MUNDO EDUCAÇÃO. *Favelização*. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/geografia/favelizacao.htm>>. Acesso em 6 de Ago. 2015.

NETTO, J. P. *Cinco Notas à propósito da “Questão Social”*. Rio de Janeiro: Revista Libertas, p. 41–51, n. 3, jan. 2001.

NETSCAN DIGITAL. O que é e como funciona a internet das coisas. *Blog Netscan Digital*, 2014. Disponível em: <<http://netscandigital.com/blog/internet-das-coisas/>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

NOZOE, N. *Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia*. Revista Economia. Brasília, DF: Universidade de São Paulo, v.7, n.3, p. 587-605, set. 2006.

OLIVEIRA, L. E. *Os trabalhadores e a cidade: formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)*. Juiz de Fora: Funalfa, 2010.

PERASSO, V. O que é a 4ª revolução industrial – e como deve afetar nossas vidas. *BBC Brasil*. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/geral-37658309>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

PEREIRA, V. S. *População de rua em Juiz de Fora: Uma reflexão a partir da questão social*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

PEREIRA, V. S. *Pobreza da Mercadoria: raízes e determinantes contemporâneos*. Tese de doutorado. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. 249 f.

POCHMANN, M. *Desempregados do Brasil: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

RAICHELIS, R. *Gestão Pública e a questão social na grande cidade*. Revista Lua Nova, p. 13-48. São Paulo, 2006.

RIBEIRO, L. C. de Q. *Cidade, cidadania e segregação urbana*. The Europe Journal of Planning, 2006.

ROCHA, N. A. *Observação social sistemática: estudo de caso em duas regiões urbanas de Juiz de Fora – MG* (Dissertação de Mestrado). Juiz de Fora, 2015.

ROLNIK, R. *São Paulo, um século de regulação urbanística: para quem, para quê?* Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR, p. 131-162, 1997.

SANTOS, J. A. F. *Estrutura de posições de classes no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 2002.

SILVA, K. de O. A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. Maringá: Revista Urutágua, n.11, 2007.

SOUZA, J. *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, O. M.; PEREIRA MELO, J. J. *Da manufatura à maquinaria moderna: consolidação do modo de produção capitalista*. Nupem, 2010. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciencias_humanas/20_SOUZA_PEREIRA%20MELO.pdf>. Acesso em 10 de Set. 2015.

TAQUES, S. *A questão social e o estado penal: uma abordagem multidimensional em fenômenos e realidades preocupantes*. Âmbito Jurídico, Rio Grande, n. 46, 2007.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

YASBEC, M. C. *Pobreza e Exclusão Social: dois pontos Expressões da questão social no Brasil*. Revista Libertas, Rio de Janeiro, p.33-41, nº 3, jan-jun 2001.